

CAIO PAIVA
THIMOTIE ARAGON HEEMANN

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

**Revista,
atualizada
e ampliada**



3ª edição | 2020

Resumos, comentários e destaques da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, dos Comitês da ONU, da Corte Internacional de Justiça e de Tribunais Penais Internacionais.

EDITORA
CEI

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	3
<i>Nota dos autores à segunda edição</i>	5
<i>Nota dos autores à terceira edição</i>	6
<i>Lista das principais abreviaturas</i>	50
CAPÍTULO 1 - Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos em casos contenciosos contra Estados estrangeiros	53
Nota explicativa sobre a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos .	55
1. Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras.	57
1.1. Resumo do caso	58
1.2. Pontos importantes	58
1.2.1. O desaparecimento forçado como uma violação múltipla e continuada dos direitos humanos.	58
1.2.2. Ônus da prova no processo internacional de violação de direitos humanos	58
1.2.3. Utilização de prova indiciária no processo internacional de violação de direitos humanos em caso de desaparecimento forçado	60
1.2.4. A importância da audiência de custódia na prevenção de desaparecimento forçado ...	60
1.3. Conexões com o Direito brasileiro	61
1.3.1. O Brasil e as convenções internacionais sobre o desaparecimento forçado	61
2. Caso Loayza Tamayo vs. Peru	61
2.1. Resumo do caso	61
2.2. Pontos importantes	62
2.2.1. Impossibilidade de suspensão da garantia do habeas corpus	62
2.2.2. O tratamento diferenciado do bis in idem na CADH	65
2.2.3. O bis in idem e a independência das instâncias	65
2.2.4. Superação do entendimento que consagrava a não vinculação das “recomendações” da CIDH	66
2.2.5. Primeiro caso em que a Corte IDH reconheceu o denominado “dano ao projeto de vida” ..	68
2.2.5.1. Qual foi a primeira vez que a Corte IDH quantificou o dano ao projeto de vida?	69
2.3. Conexões com o Direito brasileiro	70
2.3.1. O dano ao projeto de vida na jurisprudência brasileira	70
3. Caso Blake vs. Guatemala	70
3.1. Resumo do caso	70
3.2. Pontos importantes	71
3.2.1. Exceção preliminar de ratione temporis no caso de desaparecimento forçado	71
3.2.2. Os familiares da vítima como vítimas do desaparecimento forçado	73
4. Caso Castillo Petruzzi e outros vs. Peru	73
4.1. Resumo do caso	73

4.2. Pontos importantes	74
4.2.1. Estrangeiros como sujeitos ativos do crime de traição à pátria	74
4.2.2. Primeiro caso em que a Corte IDH se manifestou quanto ao princípio da legalidade penal	74
4.2.3. Incompetência da Justiça Militar para julgar civil	75
4.2.4. Considerações sobre o direito ao recurso	75
4.2.5. Desnacionalização da proteção internacional dos direitos humanos	75
4.3. Conexões com o Direito brasileiro	75
4.3.1. O crime de traição à pátria no Brasil	75
4.3.2. A Lei 12.694/2012 e a falácia do juiz sem rosto	76
4.3.3. Incompetência da Justiça Militar para julgar civil e o cenário brasileiro	76
4.3.3.1. A proposta intermediária: julgamento de civil pelo juiz auditor em primeira instância	77
4.3.4. Incompetência da Justiça Militar para julgamento dos crimes cometidos por oficiais das Forças Armadas no exercício das atribuições subsidiárias de auxiliarem o poder civil no combate ao crime	78
5. Caso dos Meninos de Rua (Villagrán Morales e outros) vs. Guatemala	79
5.1. Resumo do caso	79
5.2. Pontos importantes	79
5.2.1. Direito à vida e direito à existência digna	79
5.2.2. Vulnerabilidade acentuada das crianças em situação de rua	79
5.2.3. Dano ao projeto de vida das crianças em situação de rua	80
5.2.4. Audiência de custódia no âmbito da prisão de adolescentes	80
5.3. Conexões com o Direito brasileiro	80
5.3.1. Audiência de custódia no caso de apreensão de adolescentes	80
5.3.2. Política Nacional para a População em Situação de Rua	81
6. Caso Durand e Ugarte vs. Peru	81
6.1. Resumo do caso	81
6.2. Pontos importantes	82
6.2.1. Uso da força para controlar motins e rebeliões	82
6.2.2. Incompetência da Justiça Militar para julgar militar por homicídio contra civil	82
6.3. Conexões com o Direito brasileiro	83
6.3.1. O Caso Carandiru	83
6.3.2. Incompetência da Justiça Militar para julgar crime doloso contra a vida de civil cometido por militar	84
7. Caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala	85
7.1. Resumo do caso	85
7.2. Pontos importantes	85
7.2.1. Parâmetros para a aplicação de um regime mais severo ao custodiado	85
7.2.2. Universalismo vs. Relativismo cultural	86
7.2.3. Os três níveis do delito de desaparecimento forçado	86
7.2.4. Indeterminabilidade do conteúdo abrangido pela forma de reparação de danos chamada de restituição na íntegra (restitutio in integrum)	87
7.3. Conexões com o Direito brasileiro	87

7.3.1. Inconvencionalidade do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	87
7.3.2. Propostas filosóficas para superar o paradigma do universalismo versus relativismo cultural	88
7.3.2.1. A hermenêutica diatópica e a superação do paradigma universalismo versus relativismo	88
7.3.2.2. O universalismo de confluência e a união dos indivíduos em prol da dignidade da pessoa humana.....	89
7.3.2.3. O imperialismo dos direitos humanos e a utilização dos direitos humanos como pretexto para legitimar intervenções militares	90
8. Caso do Tribunal Constitucional vs. Peru	91
8.1. Resumo do caso.....	91
8.2. Pontos importantes	92
8.2.1. Impossibilidade de revogação da aceitação da jurisdição contenciosa da Corte IDH ...	92
8.2.2. Sobre a relação do Poder Legislativo com os demais poderes no juízo político.....	92
8.2.3. O devido processo no juízo político exercido pelo Poder Legislativo.....	93
8.3. Conexões com o Direito brasileiro	94
8.3.1. O processo de impeachment no Direito brasileiro e o entendimento do STF sobre a imparcialidade dos congressistas	94
9. Caso Baena Ricardo e outros vs. Panamá.....	96
9.1. Resumo do caso.....	96
9.2. Pontos importantes	97
9.2.1. Âmbito de proteção do art. 9º da CADH: irretroatividade apenas para fins penais ou também para outras punições?	97
9.2.2. Extensão do art. 8º da CADH a processos não penais	97
9.2.3. Primeiro caso em que a Corte IDH se manifestou sobre o direito à liberdade de associação	98
10. Caso “A última Tentação de Cristo” (Olmedo Bustos e outros) vs. Chile	98
10.1. Resumo do caso	98
10.2. Pontos importantes.....	99
10.2.1. Caso emblemático envolvendo o direito à liberdade de expressão e a jurisprudência da Corte IDH	99
10.2.2. Norma constitucional originária pode ser objeto de controle de convencionalidade ..	99
10.2.3. Dupla dimensão do direito à liberdade de expressão	100
10.3. Conexões com o Direito brasileiro	100
10.3.1. Liberdade de expressão como metadireito e o livre mercado de ideias brasileiro ...	100
10.3.2. Caso Ellwanger	100
10.3.3. Caso Gerald Thomas.....	101
10.3.4. Caso Jonas Abib	101
10.3.5. Marcha da Maconha.....	101
10.3.6. ADI das Biografias e a citação do Caso Olmedo Bustos vs. Chile.....	102
10.3.7. ADI do Humor	102
10.3.8. Liberdade de expressão, tatuagens e “teste de Miller” (miller-test)	102
10.3.9. Escola sem Partido ou Escola Livre	102

10.3.10. Caso da Bienal do Livro no Rio de Janeiro	103
11. Caso Ivcher Bronstein vs. Peru	103
11.1. Resumo do caso	103
11.2. Pontos importantes	105
11.2.1. A aceitação da jurisdição contenciosa da Corte IDH como cláusula pétrea da CADH ..	105
11.2.2. Discricionariedade limitada do Estado sobre direito à nacionalidade	106
11.2.3. Autoridade competente para cancelar o título de nacional.	106
11.2.4. Devido processo legal no processo administrativo de cancelamento de naturalidade	106
11.2.5. Primeiro caso sobre violação indireta do direito à liberdade de expressão	107
12. Caso Barrios Altos vs. Peru	107
12.1. Resumo do caso	107
12.2. Pontos importantes	109
12.2.1. Incompatibilidade das leis de autoanistia com a CADH	109
12.2.2. O obiter dictum sobre a inconveniência da prescrição quando se tratar de crimes que implicam em graves violações de direitos humanos.	110
13. Caso Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingí vs. Nicarágua.	110
13.1. Resumo do caso	110
13.2. Pontos importantes	111
13.2.1. Primeiro caso julgado pela Corte IDH envolvendo a relação entre as comunidades tradicionais e a propriedade de suas terras	111
13.2.2. Ampliação do conceito de propriedade previsto no art. 21 da CADH: a proteção da propriedade comunal dos povos indígenas	111
13.2.3. Impossibilidade de se conferir interpretação nacionalista aos tratados internacionais de direitos humanos	111
13.3. Conexões com o Direito brasileiro	112
13.3.1. Diálogo das Cortes entre o STF (Caso Raposa Serra do Sol) e o Caso Awas Tingni	112
13.3.2. Aplicação dos benefícios e privilégios de Fazenda Pública às comunidades indígenas quando postulam em juízo	112
14. Caso Hilaire, Constantine e Benjamin e outros vs. Trinidad e Tobago	112
14.1. Resumo do caso	112
14.2. Pontos importantes	113
14.2.1. A pena de morte e o direito internacional dos direitos humanos.	113
14.2.2. Fases da regulação jurídica internacional da pena de morte	113
14.2.3. A pena de morte obrigatória como privação arbitrária da vida	114
14.2.4. Definição de “delitos mais graves” para que se admite a aplicação da pena de morte	114
14.2.5. O “corredor da morte” como violação do direito à integridade pessoal	115
14.2.6. O direito a solicitar anistia, indulto ou comutação da pena	115
15. Caso “Cinco Pensionistas” vs. Peru	116
15.1. Resumo do caso	116
15.2. Pontos importantes	116
15.2.1. Primeiro caso julgado pela Corte IDH envolvendo a matéria de direito previdenciário	116
15.2.2. Reconhecimento da existência do princípio iura novit curia e sua utilização como	

instrumento de delimitação cognitiva pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	116
15.2.3. Dimensão coletiva dos direitos sociais, econômicos e culturais.	117
15.2.4. Fixação de parâmetros para a convencionalidade do ato estatal que visa suprimir ou reduzir o benefício previdenciário de determinado segurado	117
15.3. Conexões com o Direito brasileiro	118
15.3.1. Convencionalidade da interpretação do Superior Tribunal de Justiça acerca do cancelamento ou suspensão de benefício previdenciário concedido judicialmente	118
15.3.2. Necessidade do prévio requerimento administrativo para ajuizamento de ação postulando a concessão de benefício previdenciário	118
16. Caso Bulacio vs. Argentina	118
16.1. Resumo do caso	118
16.2. Pontos importantes.	119
16.2.1. Expedientes protelatórios utilizados pela defesa (abuso dos direitos processuais) e duração razoável do processo	119
16.2.2. Imprescritibilidade dos crimes que resultam em graves violações de direitos humanos e o “neopunitivismo”	119
16.2.3. A questão da imprescritibilidade em julgamentos da Corte IDH posteriores ao Caso Bulacio	121
16.2.4. Considerações sobre os requisitos exigidos para a decretação da prisão ou internação preventiva de adolescentes	123
16.3. Conexões com o Direito brasileiro	123
16.3.1. Abuso do direito de recorrer e certificação do trânsito em julgado	123
17. Caso Chacina Plan de Sánchez vs. Guatemala	124
17.1. Resumo do caso	124
17.2. Pontos importantes.	124
17.2.1. Tradução da sentença da Corte IDH para o dialeto indígena como forma simbólica de reparação	124
17.2.2. Falta de um processo e de uma investigação como causa para arbitramento de dano moral pela Corte IDH	124
17.2.3. Impossibilidade de o Estado recorrer a figuras como leis de anistia, prescrição ou excludentes de responsabilidade para não responsabilizar os autores da chacina	125
17.2.4. Primeira vez em que a Corte IDH julgou um massacre com tal magnitude	125
17.3. Conexões com o Direito brasileiro	125
17.3.1. Competência para julgar o crime de genocídio cometido contra comunidades indígenas.	125
18. Caso Herrera Ulloa vs. Costa Rica.	125
18.1. Resumo do caso	125
18.2. Pontos importantes.	126
18.2.1. “Ação de inconstitucionalidade” e esgotamento dos recursos internos	126
18.2.2. Liberdade de expressão e sociedade democrática.	127
18.2.3. Responsabilidade e função social dos meios de comunicação.	127
18.2.4. As restrições permitidas ao direito à liberdade de pensamento e de expressão	127
18.2.5. “Governar com o Código Penal na mão”	128

19. Caso “Instituto de Reeducação do Menor” vs. Paraguai	128
19.1. Resumo do caso	128
19.2. Pontos importantes.	130
19.2.1. Posição especial de garante do Estado quanto às pessoas privadas de liberdade	130
19.2.2. Situação especial da criança e do adolescente: direito ao projeto de vida e ao desenvolvimento inclusive quando privados de liberdade	130
19.2.3. Direito à educação de adolescentes privados de liberdade	131
19.2.4. A simples ameaça de tortura como tratamento desumano	131
19.2.5. Separação entre adolescentes e adultos privados de liberdade	132
19.2.6. Aplicação das garantias processuais previstas no art. 8º da CADH aos adolescentes: tribunal e procedimentos especializados.	132
19.2.7. Excepcionalidade da prisão ou internação preventiva de adolescentes.	132
20. Caso Tibi vs. Equador	133
20.1. Resumo do caso	133
20.2. Pontos importantes	134
20.2.1. Excepcionalidade da prisão preventiva e princípios limitadores	134
20.2.2. Expedientes comunicativos no momento da privação de liberdade	134
20.2.3. Proibição absoluta da tortura	134
20.2.4. “Guantamização” do processo penal	134
20.2.5. Importância da audiência de custódia	135
21. Caso De La Cruz Flores vs. Peru	135
21.1. Resumo do caso	135
21.2. Pontos importantes	136
21.2.1. Penalização do ato médico	136
22. Caso HUILCA TECSE vs. Peru	137
22.1. Resumo do caso	137
22.2. Pontos importantes.	137
22.2.1. Assassinato de líder sindical como violação do direito à liberdade de associação	137
22.3. Conexões com o Direito brasileiro	138
22.3.1. O assassinato de Chico Mendes	138
23. Caso Caesar vs. Trinidad e Tobago	138
23.1. Resumo do caso	138
23.2. Pontos importantes	139
23.2.1. Vedação de pena corporal.	139
23.2.2. A finalidade da pena na CADH	139
23.3. Conexões com o Direito brasileiro	140
23.3.1. Teoria da pena adotada pelo Código Penal brasileiro.	140
24. Caso Comunidade Moiwana vs. Suriname	140
24.1. Resumo do caso	140
24.2. Pontos importantes	141
24.2.1. Do “direito ao projeto de vida” ao “direito a um projeto de pós-vida”: sobre o “dano espiritual”.	141

24.2.2. Extensão da jurisprudência da Corte Interamericana sobre ligação dos povos indígenas com suas terras e outras comunidades étnicas	142
24.2.3. “Greening” e o sistema interamericano de direitos humanos	142
25. Caso Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai	143
25.1. Resumo do caso	143
25.2. Pontos importantes	143
25.2.1. Abrangência do art. 21 da CADH e a fixação de parâmetros para uma ponderação entre o direito de propriedade privada e o direito de propriedade comunal das comunidades tradicionais	143
25.2.2. Concepção ampla do direito à identidade pessoal	144
25.2.3. Interpretação da CADH conforme os costumes da comunidade tradicional	144
26. Caso Fermín Ramírez vs. Guatemala	144
26.1. Resumo do caso	145
26.2. Pontos importantes	146
26.2.1. Pessoa física como amicus curiae	146
26.2.2. Primeiro caso da Corte IDH sobre o tema “congruência ou correlação da acusação e a sentença”	146
26.2.3. Censura ao “juízo de periculosidade” e a inconveniência da reincidência	146
26.3. Conexões com o Direito brasileiro	147
26.3.1. Pessoa física como amicus curiae	147
26.3.2. O princípio da congruência ou da correlação entre a acusação e a sentença	148
26.3.3. Constitucionalidade da reincidência	148
27. Caso Yatama vs. Nicarágua	148
27.1. Resumo do caso	148
27.2. Pontos importantes	149
27.2.1. Primeiro caso em que a Corte IDH se deparou com matéria eleitoral	149
27.2.2. Primeira vez em que a Corte IDH se pronunciou em um caso concreto a respeito do sentido e alcance do direito à igualdade e do dever de não discriminação	149
27.2.3. Discriminação indireta e teoria do impacto desproporcional	149
27.3. Conexões com o Direito brasileiro	151
27.3.1. Salário-maternidade e impacto desproporcional	151
27.3.2. Recepção ou não do crime de pederastia previsto no art. 235 do Código Penal Militar (CPM) e a teoria do impacto desproporcional	151
27.3.3. Criminalização do aborto e impacto desproporcional	152
27.3.4. Ações afirmativas e impacto desproporcional	152
27.3.5. Exigência de representação da vítima mulher para início da ação penal relativa a crime de lesões corporais leves praticado no ambiente doméstico e impacto desproporcional	152
27.3.6. As duas dimensões do princípio da igualdade: discriminação positiva versus discriminação negativa	153
28. Caso Acosta Calderón vs. Equador	153
28.1. Resumo do caso	153
28.2. Pontos importantes	154
28.2.1. Condenação por tráfico de drogas sem perícia na substância apontada como sendo	

entorpecente.	154
28.2.2. Informação sobre os motivos da prisão.	154
28.2.3. Excepcionalidade da prisão preventiva.	155
28.2.4. Audiência de custódia e o simples conhecimento por parte de um juiz sobre a prisão	155
28.2.5. Audiência de custódia e apresentação da pessoa presa a um “Agente Fiscal do Ministério Público”	155
28.2.6. Prazo razoável: definição dos termos inicial e final para contagem	155
28.2.7. Presença da defesa técnica no interrogatório realizado na fase investigatória	156
28.3. Conexões com o Direito brasileiro	156
28.3.1. Presença da defesa técnica no interrogatório realizado na fase investigatória	156
29. Caso das Meninas Yean e Bosico vs. República Dominicana.	157
29.1. Resumo do caso	157
29.2. Pontos importantes	158
29.2.1. Gravidade especial quando a violação de direitos humanos atingir crianças.	158
29.2.2. Restrição da discricionariedade para definir quem é nacional.	158
29.2.3. Obrigação de evitar a apatridia	158
29.2.4. Apátridas de direito e apátridas de fato	158
29.2.5. Direito ao nome como elemento indispensável da identidade da pessoa.	159
30. Caso Raxcacó vs. Guatemala	159
30.1. Resumo do caso	159
30.2. Pontos importantes	160
30.2.1. Definição de crime grave para aplicar pena de morte	160
30.2.2. Pena de morte obrigatória	161
30.2.3. Pena de morte e o Estatuto de Roma.	161
30.2.4. A vedação da pena de morte se constitui num postulado de jus cogens internacional? . . .	161
30.2.5. Solicitação de indulto e tema processual.	161
31. Caso Palamara Iribarne vs. Chile.	162
31.1. Resumo do caso	162
31.2. Pontos importantes.	163
31.2.1. A incompatibilidade do crime de desacato com a liberdade de expressão.	163
31.2.2. Proteção do direito à propriedade intelectual dos autores pela CADH.	166
31.2.3. Incompetência da Justiça Militar para julgar civil	166
31.3. Conexões com o Direito brasileiro	166
31.3.1. Inconvencionalidade do crime de desacato e o Direito brasileiro	166
32. Caso Gómez Palomino vs. Peru	169
32.1. Resumo do caso	169
32.2. Pontos importantes	169
32.2.1. Elementos estruturantes do delito de desaparecimento forçado segundo a Corte IDH. . .	169
32.2.2. Sujeitos ativo e passivo do delito de desaparecimento forçado	169
32.2.3. Controle de convencionalidade do art. 320 do Código Penal peruano.	170
32.3. Conexões com o Direito brasileiro	170
33. Caso López Álvarez vs. Honduras	171

33.1. Resumo do caso	171
33.2. Pontos importantes	172
33.2.1. Excepcionalidade da prisão preventiva.	172
33.2.2. Incompatibilidade da prisão preventiva obrigatória com a CADH.	172
33.2.3. Direito da pessoa de ser informada sobre as razões de sua detenção	173
33.2.4. Fundamentação de decisões sobre pedidos de liberdade	174
33.2.5. Duração razoável do processo: critérios para determinação	174
33.2.6. Duração razoável do processo: termos inicial e final da contagem do prazo	175
33.2.7. Presença de advogado no depoimento prestado na fase investigatória	176
33.2.8. Violação do direito de se expressar no próprio idioma	177
34. Caso Goiburú e outros vs. Paraguai	178
34.1. Resumo do caso	178
34.2. Pontos importantes	178
34.2.1. O acesso à justiça como norma de jus cogens.	178
34.2.2. Reconhecimento da responsabilidade internacional agravada do Estado	179
34.2.3. Caráter contínuo e permanente do delito de desaparecimento forçado.	179
34.2.4. Diferenciação entre crime de Estado, terrorismo de Estado e políticas de Estado	179
34.3. Conexões com o Direito brasileiro	180
34.3.1. Regime de prescrição do delito de desaparecimento forçado.	180
34.3.2. O acesso à justiça e as 100 regras de Brasília.	180
35. Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile	181
35.1. Resumo do caso	181
35.2. Pontos importantes	181
35.2.1. Inauguração formal da doutrina do controle de convencionalidade no continente americano	181
35.2.2. Princípios reitores do controle de convencionalidade.	183
35.2.2.1. Princípio da presunção relativa de convencionalidade dos atos normativos internos	183
35.2.2.2. Princípio da interpretação conforme os direitos humanos	183
35.2.2.3. Princípio da progressividade	183
35.2.2.4. Princípio da interpretação internacionalista	184
35.2.2.5. Princípio da atipicidade dos meios de controle de convencionalidade	184
35.2.2.6. Princípio da interpretação pro persona	184
35.2.3. Efeitos do controle de convencionalidade.	185
35.2.4. Grau de intensidade do controle de convencionalidade difuso.	186
35.2.5. Normas paramétricas no controle de convencionalidade	186
35.2.6. O controle de convencionalidade pode ser exercido de ofício pelos órgãos do Poder Judiciário	187
35.2.7. Controle de convencionalidade forte versus controle de convencionalidade fraco	187
35.2.8. Imprescritibilidade dos crimes de lesa-humanidade fundada em norma internacional consuetudinária	188
35.2.9. O Caso Almonacid Arellano como primeiro passo para a integração do conceito de	

crimes contra a humanidade ao Direito Internacional dos Direitos Humanos.	188
35.2.10. Excepcionalidade da jurisdição militar e a impossibilidade da Justiça castrense julgar civis	189
35.2.11. As leis de autoanistia violam a CADH e o próprio acesso à justiça	189
35.3. Conexões com o Direito brasileiro	189
35.3.1. Inconvencionalidade da prisão do depositário infiel e a posição do Supremo Tribunal Federal	189
36. Caso do Presídio Miguel Castro Castro vs. Peru	189
36.1. Resumo do caso	189
36.2. Pontos importantes	190
36.2.1. Primeiro caso de aplicação da Convenção de Belém do Pará e também o primeiro caso sobre violência de gênero contra a mulher	190
36.2.1.1. A perspectiva de gênero em recente julgamento do TEDH sobre prisão perpétua	191
36.3. Conexões com o Direito brasileiro	191
36.3.1. O feminismo como instrumento de irrisignação contra a violência de gênero	191
36.3.2. Situação prisional de mulheres que ostentem a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade	193
37. Caso da Chacina da Rochela vs. Colômbia	194
37.1. Resumo do caso	194
37.2. Pontos importantes	195
37.2.1. Não é possível postular a anulação ou modificação da sentença proferida pela Corte IDH via pedido de interpretação	195
37.2.2. Educação em direitos humanos como forma de reparação de danos	195
37.2.3. A proibição de toda e qualquer forma de tortura integra o domínio do jus cogens	195
38. Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez vs. Equador	196
38.1. Resumo do caso	196
38.2. Pontos importantes	197
38.2.1. Informação sobre os motivos da prisão	197
38.2.2. Audiência de custódia e apresentação da pessoa presa ao Ministério Público.	197
38.2.3. Audiência de custódia e presença do juiz no momento da prisão.	197
38.2.4. Prisão com base em meras conjecturas e prisão para atender a fins preventivo-gerais ou preventivo-especiais.	197
38.2.5. Revisão periódica da prisão preventiva	198
38.2.6. Atuação deficiente da Defensoria Pública.	198
38.2.7. Medidas cautelares reais	198
39. Caso do Povo Saramaka vs. Suriname	199
39.1. Resumo do caso	199
39.2. Pontos importantes	199
39.2.1. Desnecessidade de obtenção de autorização do líder da comunidade tradicional para provocar o sistema interamericano de direitos humanos.	199
39.2.2. Inexistência de litispêndência internacional entre procedimentos de relatórios especiais de organismos universais e as demandas da Corte Interamericana de Direitos Humanos	200
39.2.3. Fixação do iter procedimental sobre o direito de consulta às comunidades	

tradicionalis	200
39.2.4. Diferença entre consentimento e consulta	202
39.2.5. Desnecessidade de nomear individualmente cada um dos beneficiários das possíveis reparações a serem estipuladas pela Corte IDH nos casos que envolvem comunidades tradicionalis inteiras	202
39.2.6. Alteração de entendimento da Corte IDH quanto à reparação simbólica	202
39.2.7. Diferenciação entre povos indígenas e povos tribais	203
39.3. Conexões com o Direito brasileiro	203
39.3.1. Relativização do direito de consulta às comunidades tradicionalis	203
39.3.2. Oitiva constitucional versus direito de consulta	204
40. Caso Kimel vs. Argentina	204
40.1. Resumo do caso	204
40.2. Pontos importantes	205
40.2.1. Importância da liberdade de expressão e do “pluralismo informativo”	205
40.2.2. Imprecisão na definição dos crimes de injúria e difamação	205
40.2.3. Honra como bem jurídico penal	205
40.2.4. Regime diferenciado para a honra dos funcionários públicos	205
41. Caso Tristán Donoso vs. Panamá	206
41.1. Resumo do caso	206
41.2. Pontos importantes	206
41.2.1. Utilização de tipos penais para censurar a liberdade de crítica e de expressão	206
41.2.2. Considerações sobre o papel do Ministério Público no processo penal	206
41.2.3. Aplicação da teoria da proteção débil do homem público pela Corte IDH	207
41.3. Conexões com o Direito brasileiro	207
41.3.1. Inconvencionalidade do delito de desacato	207
41.3.2. Direito ao esquecimento: liberdade de informação ou censura no retrovisor?	207
41.3.3. Direito de greve e efeito resfriador à liberdade de expressão	208
42. Caso González e outras (“Campo Algodoeiro”) vs. México	209
42.1. Resumo do caso	209
42.2. Pontos importantes	209
42.2.1. Primeira vez em que a Corte IDH analisou um caso envolvendo situação de violência estrutural de gênero	209
42.2.2. Primeira vez em que um tribunal internacional reconheceu a existência de “feminicídio” como crime	210
42.2.3. Competência da Corte IDH para analisar violações a respeito da Convenção de Belém do Pará	210
42.2.4. Obrigação do Estado de erguer um monumento em memória das vítimas	210
42.2.5. Impossibilidade de reconhecer o dano ao projeto de vida quando as vítimas não estiverem vivas	211
42.3. Conexões com o Direito brasileiro	211
42.3.1. O crime de feminicídio no Código Penal brasileiro	211
43. Caso Barreto Leiva vs. Venezuela	211
43.1. Resumo do caso	211

43.2. Pontos importantes	212
43.2.1. Compatibilidade do foro por prerrogativa de função com a CADH	212
43.2.2. Compatibilidade da competência por conexão com a CADH	212
43.2.3. Duplo grau de jurisdição e foro por prerrogativa de função	212
43.3. Conexões com o Direito brasileiro	213
43.3.1. O direito ao duplo grau de jurisdição para autoridades com foro por prerrogativa no STF	213
44. Caso Vélez Loor vs. Panamá	213
44.1. Resumo do caso	213
44.2. Pontos importantes	214
44.2.1. Impossibilidade de fixação de políticas migratórias cujo foco principal seja a detenção arbitrária	214
44.2.2. Direito à realização da audiência de custódia no caso de prisão decorrente de situação migratória	214
44.2.3. Necessidade de defesa técnica nos procedimentos administrativos ou judiciais que possam resultar em decisão de expulsão, deportação ou privação de liberdade	215
44.2.4. Direito à assistência consular ao preso em situação de migração	215
44.2.5. Obrigação de separar as pessoas custodiadas em razão de situação migratória irregular das pessoas custodiadas em razão da prática de infrações penais	216
44.3. Conexões com o Direito brasileiro	216
48.3.1. Convergência entre a interpretação do STF e da Corte IDH sobre o direito à assistência consular	216
44.3.2. Defesa técnica no processo de expulsão	216
45. Caso Gelman vs. Uruguai	218
45.1. Resumo do caso	218
45.2. Pontos importantes	219
45.2.1. Leis de anistia e aprovação popular mediante plebiscito	219
45.2.2. Toda autoridade pública tem o poder-dever de exercer o controle de convencionalidade	220
45.2.3. A subtração de uma criança recém-nascida e a alteração da sua identidade como uma forma peculiar de desaparecimento forçado	220
46. Caso López Mendoza vs. Venezuela	221
46.1. Resumo do caso	221
46.2. Pontos importantes	222
46.2.1. Reconhecimento da extensão da presunção de inocência aos processos administrativos	222
46.2.2. Restrição a direitos políticos decidida em processo de natureza não penal	222
46.2.3. Irretroatividade do ato normativo estatal que admite a restrição de direitos políticos	222
46.3. Conexões com o Direito brasileiro	223
46.3.1. (In)convencionalidade da Lei da Ficha Limpa	223
46.3.2. Impossibilidade de aplicação da Lei da Ficha Limpa de forma retroativa	224
47. Caso Atala Riffo e crianças vs. Chile	225

47.1. Resumo do caso	225
47.2. Pontos importantes	226
47.2.1. Primeiro precedente da Corte IDH sobre proteção do direito à diversidade sexual.	226
47.2.2. A proteção do direito à diversidade sexual pelos sistemas regionais americano e europeu e pelo sistema universal de proteção dos direitos humanos	226
47.2.3. A proteção do direito à diversidade sexual e à identidade de gênero pela OEA.	226
47.2.4. A orientação sexual dos pais das crianças não pode ser invocada para decidir processo judicial de guarda	227
47.2.5. A CADH não acolheu um conceito fechado ou “tradicional” de família.	227
47.3. Conexões com o Direito brasileiro	228
47.3.1. Adoção por casais homossexuais	228
48. Caso Povo Indígena Kichwa Sarayaku vs. Equador	228
48.1. Resumo do caso.	228
48.2. Pontos importantes	228
48.2.1. Utilização da Convenção 169 da OIT como vetor hermenêutico para que se interpretem as demais obrigações de direitos humanos, mesmo quando o Estado não a tenha ratificado	229
48.2.2. Dever de consulta prévia, livre e de boa-fé para com as comunidades indígenas	229
49. Caso Furlán e familiares vs. Argentina	230
49.1. Resumo do caso.	230
49.2. Pontos importantes	230
49.2.1. Primeiro caso envolvendo a atuação da Defensoria Pública Interamericana	230
49.2.2. Dever do estado de incluir a pessoa com deficiência na sociedade e adotar medidas positivas para eliminar as barreiras impostas pela sociedade majoritária	230
49.3. Conexões com o Direito brasileiro	231
49.3.1. Direito à acomodação razoável (right to accommodation) e direitos humanos.	231
49.3.2. Constitucionalidade e convencionalidade das políticas públicas de inserção das pessoas com deficiência na sociedade.	232
49.3.3. Constitucionalidade dos arts. 28, § 1º, e 30, ambos do Estatuto da Pessoa com Deficiência	232
49.3.4. Incorporação da Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo pelo rito do art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988	232
49.3.5. O Brasil e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	232
50. Caso Mohamed vs. Argentina	233
50.1. Resumo do caso.	233
50.2. Pontos importantes	233
50.2.1. Atuação da Defensoria Pública Interamericana	233
50.2.2. A garantia do duplo grau de jurisdição e a exigência de um recurso ordinário para discutir sentença condenatória de Tribunal que reforma sentença absolutória de primeira instância	234
50.2.3. Bis in idem e direito ao recurso pela acusação	234
50.3. Conexões com o Direito brasileiro	235
50.3.1. O duplo grau de jurisdição em ações penais originárias	235
51. Caso Artavia Murillo e outros (“fecundação in vitro”) vs. Costa Rica	236

51.1. Resumo do caso	236
51.2. Pontos importantes	237
51.2.1. Primeiro precedente da Corte IDH em que a fecundação in vitro foi analisada a partir dos direitos humanos	237
51.2.2. A decisão sobre ser pai ou mãe no sentido genético ou biológico e o direito à vida privada	237
51.2.3. A proteção do direito à autonomia reprodutiva	237
51.2.4. Direito a gozar dos benefícios do progresso científico	238
51.2.5. A fecundação in vitro e a proteção do direito à vida pela CADH	238
51.2.6. Reconhecimento de discriminação indireta e de impacto desproporcional às vítimas em virtude da proibição da fertilização in vitro	238
51.2.7. Situação atual da fertilização in vitro na Costa Rica	239
51.3. Conexões com o Direito brasileiro	239
51.3.1. Constitucionalidade da Lei de Biossegurança	239
52. Caso Mendoza e outros vs. Argentina	239
52.1. Resumo do caso	240
52.2. Pontos importantes	240
52.2.1. Princípio da proporcionalidade e vedação de pena perpétua para menores de idade	240
52.2.2. Incompatibilidade da pena de prisão perpétua com a CADH	241
52.2.3. Prisão perpétua e o Estatuto de Roma	242
52.2.4. Atuação da Defensoria Pública	242
53. Caso Mémoli vs. Argentina	242
53.1. Resumo do caso	242
53.2. Pontos importantes	242
53.2.1. A utilização do Direito Penal como efeito resfriador da liberdade de expressão e o retrocesso social causado pela Corte IDH no Caso Mémoli	242
53.3. Conexões com o Direito brasileiro	243
53.3.1. Responsabilidade civil por matéria jornalística e o ordenamento jurídico brasileiro	243
53.3.2. Competência para processar e julgar crime contra a honra praticado por meio de publicação impressa de periódico	243
54. Caso Comunidades Afrodescendentes deslocadas da Bacia do Rio Cacarica (Operação Gênesis) vs. Colômbia	244
54.1. Resumo do caso	244
54.2. Pontos importantes	245
54.2.1. Utilização do termo “comunidade afrodescendente” pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	245
54.2.2. Extensão dos direitos diferenciados dos povos indígenas para as comunidades afrodescendentes de maneira direta e imediata: implementação do conceito de propriedade coletiva diretamente para as comunidades afrodescendentes	245
54.2.3. Deslocamento forçado	246
54.2.4. Participação das vítimas do deslocamento forçado na tomada de decisões que dizem respeito ao retorno ao local de origem	246
54.2.5. A prática do deslocamento forçado de pessoas viola a garantia do respeito ao núcleo	

familiar prevista na CADH	246
54.3. Conexões com o Direito brasileiro	246
54.3.1. Quem pode ser considerado membro de uma comunidade quilombola?	246
54.3.2. Isenção do Imposto Territorial Rural (ITR)	247
54.3.3. Propriedade quilombola e o artigo 68 do ADCT	247
55. Caso Família Pacheco Tineo vs. Bolívia	247
55.1. Resumo do caso	247
55.2. Pontos importantes	248
55.2.1. Primeira vez em que a Corte IDH analisa caso envolvendo o princípio do non-refoulement	248
55.2.2. Atuação da Defensoria Pública Interamericana	249
55.2.3. Utilização da acepção “asilo em sentido amplo” pela Corte IDH	249
55.2.4. Possibilidade de submeter ao crivo dos tribunais internacionais a concessão ou denegação dos institutos do asilo e refúgio	249
55.3. Conexões com o Direito brasileiro	250
55.3.1. Ordenamento jurídico brasileiro e o não reconhecimento do refúgio ambiental.	250
55.3.2. A impossibilidade de se reconhecer a miséria como motivo para concessão de refúgio	250
55.3.3. O reconhecimento do refúgio decorrente de situações privadas	250
60.3.4. A condição de refugiado como óbice para a expulsão de estrangeiro	251
56. Caso Liakat Ali Alibux vs. Suriname	251
56.1. Resumo do caso	251
56.2. Pontos importantes	252
56.2.1. Princípio da irretroatividade da norma penal mais grave e leis processuais	252
56.2.2. Duplo grau de jurisdição e direito ao recurso nos julgamentos pela instância judicial máxima do país	253
56.2.3. Criação de um Tribunal Constitucional	253
56.3. Conexões com o Direito brasileiro	253
56.3.1. Aplicação da norma processual penal no tempo segundo o ordenamento jurídico brasileiro	253
57. Caso Brewer Carías vs. Venezuela	253
57.1. Resumo do caso	254
57.2. Pontos importantes	255
57.2.1. Primeira vez que a Corte IDH acolhe a exceção preliminar de ausência de esgotamento dos recursos internos	255
57.2.2. Um precedente perigoso	255
57.2.3. Teoria da etapa intermediária	256
57.2.4. A presença do acusado em juízo como condição para que fique em liberdade	256
58. Caso Norín Catrimán e outros (dirigentes, membros e ativista do Povo Indígena Mapuche) vs. Chile	256
58.1. Resumo do caso	256
58.2. Pontos importantes	257
58.2.1. Princípio da legalidade e tipificação do crime de terrorismo	257
58.2.2. Incompatibilidade da presunção legal do “dolo terrorista” com o princípio da	

legalidade.....	257
58.2.3. Luta contra o terrorismo e respeito pelos direitos humanos.....	258
58.2.4. Compatibilidade da “testemunha anônima” com a CADH.....	258
58.3. Conexões com o Direito brasileiro.....	259
58.3.1. Aprovação da Lei Antiterrorismo pelo Estado brasileiro.....	259
59. Caso Defensor de Direitos Humanos e outros vs. Guatemala.....	259
59.1. Resumo do caso.....	259
59.2. Pontos importantes.....	260
59.2.1. Primeiro caso em que a Corte IDH estabeleceu uma definição clara para a categoria “defensores de direitos humanos”.....	260
59.2.2. Fixação de standards para analisar a adequação de medidas adotadas pelo Estado para proteger as atividades dos defensores de direitos humanos.....	261
59.3. Conexões com o Direito brasileiro.....	261
59.3.1. Incidente de Deslocamento de Competência nº 2, o Caso Manoel Mattos.....	261
59.3.2. Programa brasileiro de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.....	261
60. Caso Rodríguez Vera e outros (desaparecidos do Palácio de Justiça) vs. Colômbia.....	261
60.1. Resumo do caso.....	262
60.2. Pontos importantes.....	262
60.2.1. A Corte IDH pode utilizar as normas de Direito Internacional Humanitário como vetor hermenêutico para interpretar a CADH.....	262
60.2.1.1. Cláusula Martens e o mínimo ético humanitário.....	264
60.2.2. Impossibilidade de a Corte IDH exercer um controle de legalidade sobre o procedimento que tramita perante a CIDH.....	264
60.2.3. Necessidade de efetuar o registro de toda e qualquer detenção por parte do Estado.....	265
61. Caso Arguelles e outros vs. Argentina.....	265
61.1. Resumo do caso.....	265
61.2. Pontos importantes.....	266
61.2.1. Impossibilidade de se manter a prisão preventiva de um acusado com base no comportamento processual de outro acusado.....	266
61.2.2. Prisão preventiva e princípio da proporcionalidade.....	266
61.2.3. Atuação da Defensoria Pública Interamericana.....	266
61.2.4. Competência restritiva e excepcional da Justiça Militar.....	266
61.2.5. Exigência de formação jurídica para ser juiz do Conselho Supremo das Forças Armadas.....	266
61.2.6. Direito a ser defendido por um profissional com formação jurídica.....	266
61.3. Conexões com o Direito brasileiro.....	267
61.3.1. Composição do STM e formação jurídica dos seus ministros.....	267
62. Caso Granier e outros (Rádio Caracas de Televisão) vs. Venezuela.....	267
62.1. Resumo do caso.....	267
62.2. Pontos importantes.....	268
62.2.1. Inaplicabilidade da CADH às pessoas jurídicas.....	268
62.2.2. Primeiro precedente da Corte IDH envolvendo de maneira direta a decisão de um Estado de não renovar a concessão de um canal de televisão de sinal aberto.....	268

62.2.3. Reconhecimento da dupla dimensão do direito à liberdade de expressão	268
62.2.4. Importância da pluralidade dos veículos de imprensa e dos meios comunicativos em sentido amplo	269
62.3. Conexões com o Direito brasileiro	269
62.3.1. Declaração da não recepção da Lei de Imprensa brasileira.	269
62.3.2. Vedação constitucional de toda e qualquer censura política, ideológica e artística nos veículos de comunicação.	269
63. Caso Wong Ho Wing vs. Peru	270
63.1. Resumo do caso	270
63.2. Pontos importantes	270
63.2.1. Vinculação da cooperação jurídica internacional aos direitos humanos.	270
63.2.2. Viabilidade da aplicação da teoria da proteção indireta dos direitos humanos no sistema interamericano de direitos humanos	271
63.2.3. Não violação ao princípio do non-refoulement	271
63.2.4. Primeiro caso na jurisdição contenciosa da Corte IDH em que a temática da extradição é a questão principal	271
63.2.5. Cláusula de especialidade e extradição	271
63.3. Conexões com o Direito brasileiro	272
63.3.1. Caso Pizzolato e a teoria da proteção indireta dos direitos humanos	272
63.3.2. O prévio exaurimento das vias administrativas não é condição para a concessão de extradição de estrangeiro autor de crime tributário	272
63.3.3. Impossibilidade de extradição pela prática de ato infracional.	272
63.3.4. Audiência de custódia e prisão para fins de extradição	272
63.3.5. Progressão de Regime versus extradição	273
63.3.6. Extradição e o sistema da contenciosidade limitada.	273
63.3.7. Extradição versus transferência internacional de presos	273
63.3.8. Extradição versus crime político	274
64. Caso Gonzales Lluy e outros vs. Equador.	274
64.1. Resumo do caso	274
64.2. Pontos importantes	275
64.2.1. Reconhecimento de forma inédita do fenômeno da interseccionalidade na temática dos direitos humanos	275
64.2.2. Possibilidade de equiparar uma pessoa com HIV à condição de pessoa com deficiência, nos termos da Convenção da ONU sobre Pessoa com Deficiência e reconhecimento do modelo social de deficiência pela Corte IDH.	276
64.3. Conexões com o Direito brasileiro	277
64.3.1. Transfusão de sangue e janela imunológica	277
64.3.2. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos doadores de sangue em casos específicos	278
64.3.3. Constitucionalidade da inclusão de dados sanguíneos na carteira de identidade	278
64.3.4. (In)constitucionalidade da doação de sangue por homossexuais	278
64.3.5. Tipificação da conduta de discriminar portadores do vírus HIV em razão desta condição	278

64.3.6. Mudança de paradigma: do modelo médico ao modelo de direitos humanos para conceituar pessoa com deficiência	278
65. Caso Ruano Torres vs. El Salvador	279
65.1. Resumo do caso	279
65.2. Pontos importantes	280
65.2.1. Valor probatório da declaração de corrêu colaborador	280
65.2.2. Importância e extensão do direito de defesa	280
65.2.3. O direito à assistência jurídica no processo penal para quem possui condições financeiras de constituir advogado	281
65.2.4. Efetividade da defesa técnica prestada pela Defensoria Pública e autonomia funcional	281
65.2.5. Responsabilidade internacional do Estado pela atuação deficiente da Defensoria Pública em matéria penal	282
65.2.6. Medida de reparação simbólica consistente na fixação de uma placa na sede da Defensoria Pública com o nome de Ruano Torres	282
65.2.7. Melhoria no sistema de seleção e de capacitação dos defensores públicos	283
65.3. Conexões com o Direito brasileiro	283
65.3.1. Inconvencionalidade parcial do art. 341, § único, do CPC	283
66. Caso Velásquez Paiz e outros vs. Guatemala	284
66.1. Resumo do caso	284
66.2. Pontos importantes	284
66.2.1. Inclusão da perspectiva de gênero na investigação	284
66.2.2. O estereótipo de gênero e a justificativa da violência contra a mulher que a culpa e a trata como “merecedora” da violência	285
66.2.3. Forma de se vestir e exercício do direito à liberdade de expressão	285
66.2.4. Sobre o movimento ElesPorElas (HeForShe) de solidariedade da ONU Mulheres pela igualdade de gênero	286
67. Caso Povos Kaliña e Lokono vs. Suriname	286
67.1. Resumo do caso	286
67.2. Pontos importantes	287
67.2.1. Convencionalidade do fenômeno conhecido como “dupla afetação das terras indígenas”	287
67.2.2. Reconhecimento da obrigação de realizar os estudos de impacto ambiental (EIA) como forma de proteção dos direitos das comunidades tradicionais e o fenômeno do esverdeamento dos direitos humanos (greening)	287
67.3. Conexões com o Direito brasileiro	288
67.3.1. Unidades de conservação e comunidades tradicionais	288
67.3.2. Constitucionalidade do fenômeno conhecido como “dupla afetação das terras indígenas”	288
68. Caso Duque vs. Colômbia	288
68.1. Resumo do caso	288
68.2. Pontos importantes	289
68.2.1. A orientação sexual não pode ser entendida como fator determinante para impedir a obtenção do benefício denominado pensão por morte	289

68.3. Conexões com o Direito brasileiro	289
68.3.1. Possibilidade de obter o benefício previdenciário denominado pensão por morte.	289
68.3.2. Cirurgia de redesignação sexual custeada pelo SUS e alteração do nome	289
68.3.3. Incidência da inelegibilidade prevista no art. 14, § 7º, da Constituição Federal de 1988, mesmo nos casos oriundos de relação homoafetiva	290
69. Caso Chinchilla Sandoval vs. Guatemala.	290
69.1. Resumo do caso.	290
69.2. Pontos importantes	291
69.2.1. Direito à vida e à saúde das pessoas privadas de liberdade	291
69.2.2. Pessoas privadas de liberdade com enfermidades graves, crônicas ou terminais e permanência em estabelecimentos carcerários	292
69.2.3. Pessoas com deficiência privadas de liberdade	292
69.3. Conexões com o Direito brasileiro.	292
69.3.1. Condições de acessibilidade nos estabelecimentos penais brasileiros.	292
70. Caso Flor Freire vs. Equador	293
70.1. Resumo do caso.	293
70.2. Pontos importantes	293
70.2.1. A orientação sexual não deve ser fator determinante para selecionar quem deve ou não ser membro das Forças Armadas.	293
70.2.2. Reconhecimento do princípio da igualdade e da não discriminação como norma de jus cogens	293
70.2.3. Necessidade de capacitar os membros das Forças Armadas e os agentes encarregados dos procedimentos disciplinares sobre o tema “proibição de discriminação por orientação sexual”	294
70.3. Conexões com o Direito brasileiro	294
70.3.1. O STF reconheceu a não recepção de expressões discriminatórias contidas no art. 235 do Código Penal Militar.	294
70.3.2. Reconhecimento dos Princípios de Yogyakarta pelo STF	295
70.3.3. Direito a banheiros.	295
70.3.4. Criminalização da homofobia e decisão do STF	295
71. Caso I.V. vs. Bolívia	296
71.1. Resumo do caso	296
71.2. Pontos importantes.	297
71.2.1. Ato médico e consentimento informado	297
72. Caso V.R.P., V.P.C. e outros vs. Nicarágua	298
72.1. Resumo do caso	298
72.2. Pontos importantes.	299
72.2.1. Primeiro caso sobre abuso sexual contra criança	299
72.2.2. Efetiva participação de crianças e adolescentes em processos penais na condição de vítimas.	299
72.2.3. Assistência jurídica gratuita para crianças e adolescentes independentemente dos recursos econômicos dos seus genitores.	300
72.2.4. Participação da criança ou adolescente vítima no processo penal de apuração do crime	

de abuso sexual e revitimização	300
72.2.5. Aplicação das garantias que compõem o devido processo não somente para pessoas acusadas de um delito	301
72.2.6. Convencionalidade do julgamento por jurados	302
72.2.7. Atuação da Defensoria Pública Interamericana	304
72.3. Conexões com o Direito brasileiro	304
72.3.1. Depoimento sem dano ou especial no Brasil	304
73. Caso Carpio Nicolle e outros vs. Guatemala	306
73.1. Resumo do caso	306
73.2. Pontos importantes	308
73.2.1. Coisa julgada fraudulenta	308
73.3. Conexões com o Direito brasileiro	310
73.3.1. Coisa julgada penal no Direito brasileiro	310
74. Caso Martínez Coronado vs. Guatemala	312
74.1. Resumo do caso	312
74.2. Pontos importantes	313
74.2.1. Defesa técnica comum para mais de um acusado	313
74.3. Conexões com o Direito brasileiro	314
74.3.1. A defesa técnica comum no Direito brasileiro	314
75. Caso Órdenes Guerra e outros vs. Chile	314
75.1. Resumo do caso	314
75.2. Pontos importantes	315
75.2.1. Imprescritibilidade de ações cíveis de reparação em face de graves violações de direitos humanos	315
75.3. Conexões com o Direito brasileiro	317
75.3.1. Imprescritibilidade da pretensão indenizatória em virtude de violação de direitos humanos praticada na ditadura militar	317
75.3.2. Possibilidade de acumulação da reparação administrativa com a indenização por danos morais	317
76. Caso Lagos del Campo vs. Peru	318
76.1. Resumo do caso	318
76.2. Pontos importantes	319
76.2.1. Liberdade de expressão no contexto de relações trabalhistas em empresas privadas	319
76.2.2. Violação do direito à estabilidade laboral: a virada jurisprudencial na judicialização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCA)	320
77. Caso Poblete Vilches e outros vs. Chile	330
77.1. Resumo do caso	330
77.2. Pontos importantes	330
77.2.1. Atuação de defensora pública interamericana do Brasil	330
77.2.2. Conteúdo do art. 26 da CADH	331
77.2.3. Reconhecimento do direito à saúde de maneira autônoma	331
77.2.4. Parâmetros sobre o direito à saúde aplicáveis a situações de urgência	332
77.2.5. Direitos das pessoas idosas em matéria de saúde	333

77.2.6. Conclusão geral sobre o direito à saúde	334
77.2.7. Reconhecimento das pessoas idosas como grupo vulnerável	335
78. Caso Aloeboetoe e outros vs. Suriname.	335
78.1. Resumo do caso	335
78.2. Pontos importantes	335
78.2.1. Primeiro caso em que a Corte IDH condena determinado Estado em uma obrigação de fazer de cunho material.	336
78.2.2. Primeiro caso envolvendo a temática do Direito das Sucessões na jurisdição da Corte IDH.	336
78.2.2.1. Aplicação do princípio da saisine	336
78.2.2.2. Reconhecimento das normas básicas do direito das sucessões como “princípios gerais de direito”	336
78.2.2.3. Convencionalidade do instituto sucessório conhecido como fideicomisso	337
78.2.3. Primeiro caso em que a Corte IDH menciona as normas de jus cogens.	337
78.2.4. Primeiro caso envolvendo direito dos povos indígenas na jurisdição da Corte IDH.	337
78.2.5. Utilização do preâmbulo da CADH como fundamento decisório	337
78.2.6. Primeira vez na história da jurisprudência da Corte em que um Estado reconheceu a sua própria responsabilidade internacional	337
78.3. Conexões com o direito brasileiro:.	337
78.3.1. Irrelevância normativa do preâmbulo da Constituição Federal de 1988:	338
78.3.2. Superação do modelo da reparação in pecunia para o modelo da tutela específica.	338
79. Caso Castañeda Gutman vs. México	338
79.1. Resumo do caso	338
79.2. Pontos importantes	339
79.2.1. Convencionalidade do sistema eleitoral que proíbe a candidatura avulsa ou independente	339
79.3. Conexões com o Direito brasileiro	343
79.3.1. A vedação da candidatura avulsa ou independente no Brasil.	343
80. Caso Comunidade Indígena Sawhoyamaya vs. Paraguai	344
80.1. Resumo do caso.	344
80.2. Pontos importantes para o caso:	344
80.2.1 Vínculo espiritual e material da identidade da comunidade indígena e direito à recuperação de suas terras	344
80.2.2. Impossibilidade de a Corte IDH analisar o pertencimento étnico ou o nome de determinada comunidade indígena.	345
80.2.3. Direito à vida digna e seus componentes elementares.	345
80.2.4. Mortalidade e morbidade materna das mulheres indígenas	345
80.2.5. Direito à vida cultural das crianças indígenas	345
81. Caso Gudiel Álvares e outros (“Diário Militar”) vs. Guatemala	346
81.1. Resumo do caso	346
81.2. Pontos importantes.	346
81.2.1. Obrigações positivas e negativas oriundas do direito à liberdade de associação	346
81.2.2. Extensão do conteúdo normativo do art. 11 da CADH	347

81.2.3. Caráter dúplice do dever Estado diante de uma situação de deslocamento forçado de pessoas.	347
81.2.4. Direito de circulação e residência como condição indispensável para o desenvolvimento da pessoa.	347
81.2.5. A violação ao direito à verdade como espécie de tratamento desumano e degradante aos familiares de vítima de desaparecimento forçado.	347
82. Caso Gutiérrez Hernandez e outros vs. Guatemala	348
82.1. Resumo do caso.	348
82.2. Pontos importantes para o caso.	348
82.2.1. Parâmetros mínimos para aferir a convencionalidade de determinada legislação interna sobre combate à violência contra a mulher.	348
82.2.2. Caráter pluriofensivo do delito de desaparecimento forçado	349
82.2.3. Impossibilidade da utilização de estereótipos de gênero na investigação de crimes envolvendo vítima mulher	349
82.2.4. Diferença entre desaparecimento e desaparecimento forçado	350
82.2.5. Dever de investigar e punir como uma obrigação de meio	351
83. Caso Ramírez Escobar e outros vs. Guatemala	351
83.1. Resumo do caso.	351
83.2. Pontos importantes	352
83.2.1. Primeiro caso envolvendo o tema da adoção internacional na jurisdição contenciosa da Corte IDH	352
83.2.2. Fixação de parâmetros convencionais de observância obrigatória no processo de adoção internacional	352
83.2.3. As crianças e adolescentes possuem o direito de serem ouvidas em casos que envolvam seus direitos e interesses	353
83.2.4. Adoção internacional e princípio da proibição de benefícios econômicos indevidos ..	353
83.2.5. Princípio da não-discriminação e questão econômica.	353
83.2.6. Impossibilidade de utilização de estereótipos de gênero para aferir o exercício da paternidade e maternidade por parte dos pais.	353
83.2.7. A corrupção como uma forma de violação de direitos humanos	354
83.2.8. Conceito elástico de tráfico de pessoas para fins de adoção.	356
83.3. Conexões com o Direito brasileiro	356
83.3.1. Aparente convencionalidade da normativa interna brasileira sobre adoção internacional.	356
83.3.2. Direito do povo a governos honestos e regime global de proibição da corrupção. ...	356
84. Caso das Mulheres Vítimas de Tortura Sexual em Atenco vs. México	357
84.1. Resumo do caso.	357
84.2. Pontos importantes	358
84.2.1. Responsabilidade do Estado por atos cometidos por um agente estatal contra presas mulheres.	358
84.2.2. Obrigações do Estado em casos de detenções coletivas	358
84.2.3. Conteúdo e alcance normativo do artigo 15 da Convenção Americana de Direitos Humanos que prevê expressamente o direito de reunião	358

85. Caso Viviana Gallardo e outras vs. Costa Rica	359
85.1. Resumo do caso	359
85.2. Pontos importantes	360
85.2.1. Impossibilidade de renunciar o procedimento perante a CIDH	360
85.2.2. Renúncia pelo Estado à regra do prévio esgotamento dos recursos internos	361
85.2.3. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos como um “Ministério Público” do sistema interamericano	361

CAPÍTULO 2 - Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos em casos contenciosos contra o Brasil 363

Nota explicativa sobre o Brasil e a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos	365
1. Caso Ximenes Lopes vs. Brasil.	366
1.1. Resumo do caso	366
1.2. Pontos importantes.	367
1.2.1. Primeiro caso envolvendo violações de direitos humanos de pessoa com deficiência mental.	367
1.2.2. Responsabilidade do Estado derivada de atos cometidos por particulares.	367
1.2.3. Primeira condenação do Brasil na Corte IDH	367
1.2.4. Uso da “sujeição” no paciente e direito à integridade pessoal	367
2. Caso Nogueira de Carvalho e outro vs. Brasil.	368
2.1. Resumo do caso	368
2.2. Pontos importantes.	369
2.2.1. Limites da atuação da Corte IDH para determinar que o Estado investigue, processe e puna os responsáveis.	369
2.2.2. Defesa do Estado no âmbito internacional	369
2.2.3. Primeiro caso enfrentado pela Corte IDH sobre violação de direitos humanos contra “defensores de direitos humanos”	369
3. Caso Escher e outros vs. Brasil	370
3.1. Resumo do caso	370
3.2. Pontos importantes	371
3.2.1. A proteção do sigilo das comunicações telefônicas pela CADH	371
3.2.3. Divulgação das conversas telefônicas interceptadas.	371
3.2.4. Poder da Corte IDH para determinar que um Estado-Parte revogue ou altere uma lei interna	372
3.3. Conexões com o Direito brasileiro	372
3.3.1. Sobre a polêmica decisão do juiz federal Sérgio Moro de levantar o sigilo de comunicação interceptada entre o ex-presidente Lula diversos interlocutores	372
4. Caso Garibaldi vs. Brasil.	373
4.1. Resumo do caso	373
4.2. Pontos importantes	373
4.2.1. O dever de investigar é uma obrigação de meio e não de resultado.	373
4.2.2. Princípios que os Estados devem observar na investigação de uma morte violenta.	374
4.2.3. Reconhecimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como grupo	

vulnerável	374
4.3. Conexões com o Direito brasileiro	374
4.3.1. O descumprimento da decisão da Corte IDH pelo Brasil: um breve comentário ao RESp 1.351.177.	374
5. Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil	377
5.1. Resumo do caso	377
5.2. Pontos importantes	378
5.2.1. O caso “Guerrilha do Araguaia” envolve o tema da justiça de transição e suas quatro dimensões	378
5.2.1.1. Direito à verdade e à memória.	378
5.2.1.2. Direito à reparação das vítimas	379
5.2.1.3. A reforma e a redemocratização das instituições envolvidas com a ditadura militar	379
5.2.1.4. As “Políticas de veto” (vetting) como instrumento de redemocratização das instituições envolvidas com a ditadura militar	380
5.2.2. O adequado tratamento jurídico aos crimes cometidos no período democrático e a responsabilização dos agentes estatais responsáveis pelas violações de direitos humanos	380
1º Corrente: a imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade é norma de jus cogens e possui caráter consuetudinário (e também convencional).	381
2º Corrente: impossibilidade do reconhecimento da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade e dos crimes de guerra (atualmente adotada pelas cortes nacionais).	382
5.2.3. As três fases da Justiça de Transição	383
5.2.4. Os quatro níveis da Justiça de Transição	384
5.2.5. Não admissibilidade da Corte IDH como uma “quarta instância”	384
5.2.6. Dever de investigar e punir os crimes de lesa-humanidade como norma de jus cogens	385
5.2.7. O Brasil foi processado por violações de direitos humanos cometidas antes de sua adesão à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos	386
5.2.8. A Corte IDH proferiu um mandado internacional implícito de criminalização contra o Brasil: a tipificação do delito de desaparecimento forçado	387
5.3. Conexões com o Direito brasileiro	388
5.3.1. Caráter de lei-medida da Lei de Anistia brasileira	388
5.3.2. Divergência entre a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a da Corte IDH.	388
5.3.3. Critérios para solucionar essa divergência: Diálogo das Cortes e Teoria do Duplo Controle.	389
5.3.4. A propositura de uma nova ADPF pelo PSOL e a não violação do ne bis in idem	390
5.3.5. Desaparecimento forçado, extradição e dupla tipicidade	390
5.3.6. Instituição da Comissão Nacional da Verdade.	391
5.3.7. Imprescritibilidade da pretensão indenizatória em virtude de danos decorrentes da perseguição política na época da ditadura militar	391
5.3.8. Possibilidade de penhora da remuneração econômica recebida a título de anistia política	391
5.3.9. Comemoração da implantação da ditadura no Brasil (Golpe de 1964) e ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública da União.	391
6. Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil	392

6.1. Resumo do caso	393
6.2. Pontos importantes	393
6.2.1. Primeira condenação do Brasil na jurisdição contenciosa da Corte Interamericana pela existência de trabalho escravo em seu território	393
6.2.2. Reconhecimento da proibição do trabalho escravo como norma de jus cogens e obrigação erga omnes	393
6.2.3. Primeira vez que a Corte Interamericana reconhece a existência de uma discriminação estrutural histórica	393
6.2.4. Fixação dos elementos para o conceito de escravidão	394
6.2.5. A imprescritibilidade do crime de escravidão cometido no contexto de violação de direitos humanos	395
6.2.6. Alcance do art. 6.1 da CADH e aplicação do princípio pro personae	396
6.3. Conexões com o Direito brasileiro	396
6.3.1. Lista das empresas envolvidas com a prática do trabalho escravo	396
6.3.2. Expropriação de terras do proprietário envolvido com a prática de trabalho escravo	397
6.3.3. Competência da Justiça Federal para processar e julgar o crime de plágio	397
6.3.4. Efeito encantatório dos direitos humanos	397
7. Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil	398
7.1. Resumo do caso	398
7.2. Pontos importantes	400
7.2.1. Atuação como amicus curiae da Defensoria Pública da União e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	400
7.2.2. Repúdio aos denominados “autos de resistência à prisão”	400
7.2.3. Incompetência da Polícia Civil para investigar crimes praticados por seus agentes	401
7.2.4. Participação da vítima na investigação	402
7.2.5. Parâmetros relativos à devida diligência e prazo razoável em casos de violência sexual	403
7.2.6. Determinação para que o Estado avalie a necessidade de federalizar o processo e julgamento dos crimes	404
7.2.7. Proibição de o Estado invocar qualquer obstáculo processual para não cumprir a obrigação de investigar e punir os responsáveis	404
7.2.8. Competência da Corte Interamericana para decidir sobre violações de direitos humanos previstos na Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher	405
8. Caso Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil	406
8.1. Resumo do caso	406
8.2. Pontos importantes	407
8.2.1. Primeiro caso brasileiro sobre comunidades indígenas na jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos	407
8.2.2. Esgotamento dos recursos internos e ônus de esclarecimento ao Estado demandado	407
8.2.3. Interpretação extensiva do artigo 21 da CADH e reconhecimento da relação imemorial das comunidades indígenas e seus territórios	407
8.2.4. Corpus juris definidor das obrigações dos Estados em relação à proteção dos direitos de propriedade indígena	408

8.2.5. Previsão implícita do princípio da segurança jurídica na CADH	408
8.2.6. Necessidade de levar em consideração as características pessoais da vítima para aferir eventual prática de tortura ou de outra violação à integridade pessoal	408
8.2.7. “Greening” e o sistema interamericano de direitos humanos	408
8.3. Conexões com o Direito brasileiro	409
8.3.1. Regime jurídico das terras indígenas versus regime jurídico das terras quilombolas.	409
8.3.2. Caso Raposa Serra do Sol: teoria do fato indígena versus teoria do indigenato	409
8.3.3. (In)justiça de transição e comunidades indígenas brasileiras	410
8.3.4. A convocação de determinado indígena para prestar depoimento em local diverso de suas terras constringe a sua liberdade de locomoção	411
8.3.5. O cacique de determinada comunidade indígena não possui legitimidade para o ajuizamento de mandado de segurança coletivo em nome de todos os integrantes da comunidade.	412
8.3.6. Compete à Justiça Federal processar e julgar ação penal referente aos crimes de calúnia e difamação praticados no contexto de disputa pela posição de cacique em comunidade indígena	412
8.3.7. Inconvencionalidade da PEC 215/2000	412
9. Caso Herzog e outros vs. Brasil	412
9.1. Resumo do caso	412
9.2. Pontos importantes	414
9.2.1. Segunda condenação do Estado brasileiro na jurisdição contenciosa da Corte IDH por fatos ocorridos durante o período da ditadura militar.	414
9.2.2. Crimes contra a humanidade e relativização do princípio do ne bis in idem	414
9.3. Conexões com o Direito brasileiro	415
9.3.1. Mudança da causa mortis de Vladimir Herzog em sua certidão de óbito após decisão do Poder Judiciário do Estado de São Paulo	415
9.3.2. Direitos Humanos e violência contra jornalistas e profissionais da imprensa no Estado brasileiro.	415
9.3.3. Criação do instituto Vladimir Herzog e “comemorações” ao aniversário da ditadura militar no Brasil	418

CAPÍTULO 3 - Medidas de urgência no sistema interamericano de proteção de direitos humanos. 419

Nota explicativa sobre as medidas de urgência no sistema interamericano de proteção de direitos humanos.	421
Introdução	421
Medidas cautelares da CIDH	422
Medidas provisórias da Corte IDH	424
1. Medidas provisórias da Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil	426
1.1. Proibição de revista íntima ou vexatória	428
1.2. Controle da ocupação prisional conforme a capacidade do estabelecimento: um breve comentário das medidas provisórias adotadas pela Corte IDH sobre o Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho	429
2. Medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil	435

2.1. Medidas cautelares envolvendo ameaças a defensores de direitos humanos	435
2.2. Caso Comunidades Indígenas da Bacia do Rio Xingu vs. Brasil (“Caso Belo Monte”)	438
2.2.1. Resumo do caso	438
2.2.2. Pontos importantes	438
2.2.2.1. Descumprimento da medida cautelar pelo Brasil.	438
2.2.2.2. Violação do direito de consulta e consentimento das comunidades indígenas	439
2.2.3. Conexões com o Direito brasileiro.	439
2.2.3.1. “Greening” e o sistema interamericano de direitos humanos.	439
2.2.3.2. Normas de proteção do meio ambiente como obrigações erga omnes	440
3. Caso B. vs. El Salvador	440
3.1. Resumo do caso	440
3.2. Pontos importantes	440
3.2.1. Convencionalidade do aborto de feto anencéfalo à luz do direito à vida da gestante.	441
3.3. Conexões com o Direito brasileiro	441
3.3.1. Aborto de feto anencéfalo e ADPF 54.	441
3.3.2. Interrupção da gravidez no primeiro trimestre de gestação	441
3.3.3. Modalidades de aborto permitidas e proibidas no Direito brasileiro	442
3.3.4. Violência obstétrica	443
3.3.5. Teoria do direito de não nascer e sua inaplicabilidade no direito brasileiro.	444

CAPÍTULO 4 - Opiniões Consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos.445

Nota explicativa sobre a competência consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos	447
Previsão normativa, finalidade e alcance das opiniões consultivas	447
Características do procedimento consultivo	449
Objeto da consulta	449
Opinião consultiva de interpretação	450
Opinião consultiva de compatibilidade.	453
Requisitos que devem ser observados na apresentação do pedido de opinião consultiva.	455
Procedimento para emissão da opinião consultiva	455
Efeito jurídico das opiniões consultivas	458
Opiniões consultivas já emitidas pela Corte IDH	459
1. Opinião Consultiva OC-1/82, de 24.09.1982: “Outros tratados” objeto da função consultiva da Corte (art. 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)	461
2. Opinião Consultiva OC-2/82, de 24.09.1982: O efeito das reservas sobre a entrada em vigor da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (arts. 74 e 75).	463
3. Opinião Consultiva OC-3/83, de 08.09.1983: Restrições a pena de morte (arts. 4.2 e 4.4 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).	464
4. Opinião Consultiva OC-4/84, de 19.01.1984: Proposta de modificação da Constituição Política da Costa Rica relacionada com a naturalização	466
5. Opinião Consultiva OC-5/85, de 13.11.1985: O registro profissional obrigatório de jornalistas (artigos 13 e 29 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)	470

6. Opinião Consultiva OC-6/86, de 09.06.1986: A expressão “leis” no art. 30 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos	472
7. Opinião Consultiva OC-7/86, de 29.08.1986: Exigibilidade do direito de retificação ou resposta (artigos 14.1, 1.1 e 2º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	473
8. Opinião Consultiva OC-8/87, de 30.01.1987: O habeas corpus sob suspensão de garantias (arts. 27.2, 25.1 e 7.6 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	474
9. Opinião Consultiva OC-9/87, de 06.10.1987: Garantias judiciais em estados de emergência (arts. 27.2, 25 e 8 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	478
10. Opinião Consultiva OC-10/89, de 14.07.1989: Interpretação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem no marco do art. 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	479
11. Opinião Consultiva OC-11/90, de 10.08.1990: Exceções ao esgotamento dos recursos internos (arts. 46.1, 46.2 e 46.2.b da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	480
12. Opinião Consultiva OC-12/91, de 06.12.1991: Compatibilidade de um projeto de lei com o art. 8.2.h da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	481
13. Opinião Consultiva OC-13/93, de 16.07.1993: Certas atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (arts. 41, 42, 44, 46, 47, 50 e 51 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)	482
14. Opinião Consultiva OC-14/94, de 09.12.1994: Responsabilidade internacional pela expedição e aplicação de leis violatórias da Convenção (arts. 1 e 2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos).....	485
15. Opinião Consultiva OC-15/97, de 14.09.1997: Relatórios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos	485
16. Opinião Consultiva OC-16/99, de 01.10.1999: O direito à informação sobre a assistência consular no marco das garantias do devido processo legal	486
17. Opinião Consultiva OC-17/2002, de 28.08.2002: Condição jurídica e direitos da criança.....	489
18. Opinião Consultiva OC-18/03, de 17/09/2003: A condição jurídica e os direitos dos migrantes indocumentados	492
19. Opinião Consultiva OC-19/2005, de 28.11.2005: Controle de legalidade no exercício das atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (arts. 41, 44 e 41 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)	495
20. Opinião Consultiva OC-20/09, de 29.09.2009: Art. 55 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos	495
21. Opinião Consultiva OC-21/14, de 19.08.2014: Direitos e garantias das crianças no contexto da migração e/ou necessidade de proteção internacional	498
22. Opinião Consultiva OC-22/16, de 26.02.2016: Titularidade de direitos das pessoas jurídicas no sistema interamericano de direitos humanos (interpretação e alcance do art. 1.2, em relação com os artigos 1.1, 8, 11.2, 13, 16, 21, 24, 25, 29, 30, 44, 46 e 62.3 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, assim como com o art. 8.1.a e b do Protocolo de San Salvador).....	501
23. Opinião Consultiva OC-23/17, de 15.11.2017: Meio ambiente e direitos humanos (obrigações estatais em relação ao meio ambiente no marco da proteção e garantia dos direitos à vida e à integridade pessoal – interpretação e alcance dos artigos 4.1 e 5.1 em relação aos artigos 1.1 e 2º da CADH) ...	503

24. Opinião Consultiva OC-24/17, de 24.11.2017: Identidade de gênero e igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo. Obrigações estatais em relação à mudança de nome, à identidade de gênero e os direitos derivados de um vínculo entre casais do mesmo sexo (interpretação e alcance dos artigos 1.1, 3, 7, 11.2, 13, 17, 18 e 24, em relação ao art. 1º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos 509
25. Opinião Consultiva OC-25/18, de 30.05.2018: A instituição do asilo e seu reconhecimento como direito humano no sistema interamericano de proteção (interpretação e alcance dos artigos 5, 22.7 e 22.8 em relação com o art. 1.1 da CADH). 514

CAPÍTULO 5 - Casos contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos 519

Nota explicativa sobre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos 521

Evolução histórica do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos 521

Etapa dos antecedentes da criação (1826-1948) 521

Etapa da inauguração e formação do sistema (1948-1959) 523

Etapa do início do período de monitoramento (1959-1969) 524

Etapa da institucionalização convencional do sistema (1969-1978) 525

Etapa da consolidação e do aperfeiçoamento do sistema (1978-dias de hoje) 526

A divisão do sistema interamericano em dois subsistemas. 526

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos 526

Funções da CIDH 528

Composição da CIDH 530

Funcionamento da CIDH 530

Relatorias e grupos de trabalho 533

1. Caso José Pereira vs. Brasil 533

 1.1. Resumo do caso 533

 1.2. Pontos importantes 534

 1.2.1. Compromisso internacional assumido pelo Brasil de defender a competência federal para julgamento do crime de redução à condição análoga à de escravo 534

 1.2.2. Trabalho escravo no Direito internacional e interno 534

 1.2.3. Primeiro acordo de solução amistosa envolvendo o Brasil 534

2. Caso dos Meninos Emascarados do Maranhão vs. Brasil 535

 2.1. Resumo do caso 535

 2.2. Pontos importantes 536

 2.2.1. Pela primeira vez, o Estado brasileiro celebrou um acordo de solução amistosa na CIDH após a admissibilidade do caso e antes da deliberação final 536

 2.2.2. Impossibilidade de o Estado alegar que o fato foi praticado por ente federado para eximir-se de responsabilidade internacional por violação de direitos humanos 536

 2.2.3. Paradiplomacia 537

3. Caso Maria da Penha Fernandes vs. Brasil 537

 3.1. Resumo do caso 537

 3.2. Pontos importantes 538

 3.2.1. Questões relacionadas à violência de gênero, violência contra a mulher e diplomas normativos internacionais acerca do tema 538

3.2.2. Primeira vez em que a CIDH aplicou a Convenção de Belém do Pará	539
3.2.3. Criação da Lei Maria da Penha	539
4. Caso Jailton Neri da Fonseca vs. Brasil	539
4.1. Resumo do caso	539
4.2. Pontos importantes	540
4.2.1. Primeiro caso brasileiro sobre violação do direito à audiência de custódia na CIDH	540
5. Caso Simone André Diniz vs. Brasil	540
5.1. Resumo do caso	540
5.2. Pontos importantes	542
5.2.1. Primeira vez que um país-membro da OEA é responsabilizado na CIDH por racismo	542
5.2.2. Paradigma do denominado “racismo institucional”	542
6. Caso Carandiru	542
6.1. Resumo do caso	542
6.2. Pontos importantes	545
6.2.1. A impunidade das violações de direitos humanos ocorridas no Caso Carandiru e o descumprimento das recomendações da CIDH	545
6.2.2. Impossibilidade de concessão de indulto	547
6.2.3. Possibilidade de submissão do caso à jurisdição contenciosa da Corte IDH	548
6.2.4. Obrigações do Estado diante de motim em estabelecimento prisional.	548
6.2.5. A imunidade parlamentar confrontada com a obrigação de investigar e punir	549
7. Caso Luiza Melinho vs. Brasil	552
7.1. Resumo do caso	552
7.2. Pontos importantes.	553
7.2.1. Esgotamento dos recursos internos e a interposição de recursos especial e extraordinário	553
7.2.2. Oferecimento da cirurgia de afirmação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS)	555

CAPÍTULO 6 - Comentários Gerais dos Comitês da Organização das Nações Unidas (ONU)

Nota explicativa sobre a competência dos comitês para expedir comentários gerais	561
1. Comitê de Direitos Humanos.	562
1.1. Comentário Geral nº 36/2017: O artigo 6º do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, relativo ao direito à vida	563
1.2. Comentário Geral nº 35/2014: Artigo 9º (liberdade e segurança pessoais).	564
1.3. Comentário Geral nº 34/2011: Artigo 19 (liberdade de opinião e liberdade de expressão)	568
1.4. Comentário Geral nº 33/2008: Obrigações dos Estados partes sobre o Protocolo Facultativo do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos	570
1.5. Comentário Geral nº 32/2007: O direito à um julgamento imparcial e à igualdade perante os tribunais e cortes de justiça	571
1.6. Comentário Geral nº 31/2004: Natureza da obrigação jurídica geral imposta aos Estados Partes no Pacto	573
1.7. Comentário Geral nº 30/2002: Obrigação de apresentar relatórios de acordo com o artigo 40 do Pacto	574
1.8. Comentário Geral nº 29/2001: Estados de emergência (artigo 4º).	575
1.9. Comentário Geral nº 28/2000: A igualdade de direitos entre homens e mulheres.	575

1.10. Comentário Geral nº 27/1999: Liberdade de circulação (artigo 12).	576
1.11. Comentário Geral nº 26/1997: Questões relacionadas com a continuidade das obrigações do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos	577
1.12. Comentário Geral nº 25/1996: O direito de participar nos assuntos públicos, direitos de voto e igual direito de acesso ao serviço público (artigo 25).	577
1.13. Comentário Geral nº 24/1994: Questões relacionadas com reservas feitas no momento da ratificação ou adesão ao Pacto ou os respectivos protocolos facultativos, ou em relação a declarações nos termos do artigo 41 do Pacto	578
1.14. Comentário Geral nº 23/1994: Os direitos das minorias	581
1.15. Comentário Geral nº 22/1993: O direito à liberdade de pensamento, consciência e religião	581
1.16. Comentário Geral nº 21/1992: O tratamento humano das pessoas privadas de liberdade (artigo 10)	582
1.17. Comentário Geral nº 20/1992: Proibição da tortura ou outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (artigo 7º)	582
1.18. Comentário Geral nº 19/1990: Proteção da família, o direito ao casamento e igualdade dos cônjuges (artigo 12)	582
1.19. Comentário Geral nº 18/1989: Não discriminação	582
1.20. Comentário Geral nº 17/1989: Direitos da criança	582
1.21. Comentário Geral nº 16/1988: O direito ao respeito pela vida privada, família, domicílio e da correspondência, e proteção da honra e reputação	582
1.22. Comentário Geral nº 15/1986: A situação dos estrangeiros nos termos do Pacto	583
1.23. Comentário Geral nº 14/1984: O direito à vida	583
1.24. Comentário Geral nº 12/1984: O direito à autodeterminação dos povos	583
1.25. Comentário Geral nº 11/1983: Proibição de propaganda de guerra e incitamento ao ódio nacional, racial ou religioso	583
1.26. Comentário Geral nº 6/1982: Direito à vida	583
2. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	583
2.1. Comentário Geral nº 24/2017: Obrigações dos Estados em virtude do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no contexto de atividades empresariais	583
2.2. Comentário Geral nº 23/2016: Direito a condições de trabalho equitativas e satisfatórias (artigo 7º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)	586
2.3. Comentário Geral nº 22/2016: Direito à saúde sexual e reprodutiva (artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)	587
2.4. Comentário Geral nº 21/2010: Direito de toda pessoa de participar na vida cultural (artigo 15.1.a do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)	589
2.5. Comentário Geral nº 20/2009: A não discriminação e os direitos econômicos, sociais e culturais (artigo 2º, parágrafo 2º, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)	590
2.6. Comentário Geral nº 19/2008: O direito à seguridade social (artigo 9º)	591
2.7. Comentário Geral nº 18/2015: O direito ao trabalho	592
2.8. Comentário Geral nº 17/2005: Direito de toda pessoa a se beneficiar da proteção dos interesses morais e materiais que lhe correspondam por razão das produções científicas, literárias ou artísticas de que seja autor	592
2.9. Comentário Geral nº 16/2005: A igualdade de direitos do homem e da mulher no desfrute dos direitos econômicos, sociais e culturais (artigo 3º do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)	593

2.8. Comentário Geral nº 15/2002: O direito à água (artigos 11 e 12 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)	593
2.9. Comentário Geral nº 14/2000: O direito ao desfrute do mais alto nível possível de saúde (artigo 12 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)	594
2.10. Comentário Geral nº 13/1999: O direito à educação (artigo 13 do Pacto)	595
2.11. Comentário Geral nº 12/1999: O direito a uma alimentação adequada (artigo 11)	601
2.12. Comentário Geral nº 11/1999: Planos de ação para o ensino primário (artigo 14 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais).	602
2.13. Comentário Geral nº 10/1998: A função das instituições nacionais dos direitos humanos na proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais.	602
2.14. Comentário Geral nº 9/1998: A aplicação interna do Pacto.	606
2.15. Comentário Geral nº 8/1997: Relação entre as sanções econômicas e o respeito dos direitos econômicos, sociais e culturais	606
2.16. Comentário Geral nº 7/1997: O direito a uma moradia adequada (parágrafo 1º do artigo 11 do Pacto) – os despejos forçados	606
2.17. Comentário Geral nº 6/1995: Os direitos econômicos, sociais e culturais das pessoas idosas	608
2.18. Comentário Geral nº 5/1994: As pessoas com deficiência	608
2.19. Comentário Geral nº 4/1991: O direito a uma moradia adequada	608
2.20. Comentário Geral nº 3/1990: A natureza das obrigações dos Estados Partes.	610
2.21. Comentário Geral nº 2/1990: Medidas internacionais de assistência técnica (artigo 22 do Pacto)	611
2.22. Comentário Geral nº 1/1989: Apresentação de relatórios pelos Estados Partes	611
3. Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial	612
3.1. Comentário Geral nº 35/2013: A luta contra o discurso de ódio racista	612
3.2. Comentário Geral nº 34/2011: Discriminação judicial contra afrodescendentes	613
3.3. Comentário Geral nº 33/2009: Acompanhamento da Conferência de Revisão de Durban	613
3.4. Comentário Geral nº 32/2009: Significado e alcance das medidas especiais da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.	613
3.5. Comentário Geral nº 31/2005: Prevenção da discriminação racial na administração e no funcionamento da justiça penal.	614
3.6. Comentário Geral nº 30/2004: Discriminação contra os não cidadãos.	614
3.7. Comentário Geral nº 29/2002: Discriminação baseada na ascendência	614
3.8. Comentário Geral nº 28/2002: Continuação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata	614
3.9. Comentário Geral nº 27/2000: Discriminação contra os ciganos	614
3.10. Comentário Geral nº 26/2000: Sobre o artigo 6º da Convenção.	615
3.11. Comentário Geral nº 25/2000: Dimensões da discriminação racial relacionadas ao gênero	615
3.12. Comentário Geral nº 24/1999: Relativo ao artigo 1º da Convenção	615
3.11. Comentário Geral nº 23/1997: Direitos dos povos indígenas	615
3.12. Comentário Geral nº 22/1996: O artigo 5º da Convenção e os refugiados e as pessoas deslocadas	616
3.13. Comentário Geral nº 21/1996: O direito à livre determinação	616
3.14. Comentário Geral nº 20/1996: O artigo 5º da Convenção	616
3.15. Comentário Geral nº 19/1995: O artigo 3º da Convenção	616

3.16. Comentário Geral nº 18/1994: O estabelecimento de um tribunal internacional para o processamento dos crimes contra a humanidade	616
3.17. Comentário Geral nº 17/1993: O estabelecimento de instituições nacionais para facilitar a aplicação da Convenção	616
3.18. Comentário Geral nº 16/1993: A aplicação do artigo 9º da Convenção	616
3.19. Comentário Geral nº 15/1993: O artigo 4º da Convenção	616
3.20. Comentário Geral nº 14/1993: O parágrafo 1º do artigo 1º da Convenção	617
3.21. Comentário Geral nº 13/1993: A formação dos funcionários encarregados da aplicação da lei quanto à proteção dos direitos humanos.	617
3.22. Comentário Geral nº 12/1993: Estados sucessores	617
3.23. Comentário Geral nº 11/1993: Os não cidadãos	617
3.24. Comentário Geral nº 10/1991: Assistência técnica.	617
3.25. Comentário Geral nº 9/1990: A aplicação do parágrafo 1º do artigo 8º da Convenção.	617
3.26. Comentário Geral nº 8/1990: A interpretação e a aplicação dos parágrafos 1º e 4º da Convenção	617
3.27. Comentário Geral nº 7/1985: Aplicação do artigo 4º da Convenção	617
3.28. Comentário Geral nº 6/1982: Relatórios atrasados	617
3.29. Comentário Geral nº 5/1977: Apresentação de relatórios pelos Estados Partes.	617
3.30. Comentário Geral nº 4/1973: Apresentação de relatórios pelos Estados Partes.	618
3.31. Comentário Geral nº 3/1972: Apresentação de relatórios pelos Estados Partes	618
3.32. Comentário Geral nº 2/1972: Obrigações dos Estados Partes.	618
3.33. Comentário Geral nº 1/1972: Obrigações dos Estados Partes	618
4. Comitê contra a Tortura	618
4.1. Comentário Geral nº 04/2017: Aplicação do artigo 3º da Convenção no contexto do artigo 22.	619
4.2. Comentário Geral nº 03/2012: Aplicação do artigo 14 pelos Estados Partes	620
4.3. Comentário Geral nº 02/2008: Aplicação do artigo 2º pelos Estados Partes	622
5. Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	624
5.1. Comentário Geral nº 07/2018: Participação das pessoas com deficiência, incluídas crianças com deficiência, através das organizações que as representam, na aplicação e observância da Convenção	624
5.2. Comentário Geral nº 06/2018: Igualdade e não discriminação.	625
5.3. Comentário Geral nº 05/2017: Direito a viver de forma independente e a ser incluído na comunidade.	628
5.4. Comentário Geral nº 04/2016: Direito à educação inclusiva	628
5.5. Comentário Geral nº 03/2016: As mulheres e meninas com deficiência	629
5.6. Comentário Geral nº 02/2014: Acessibilidade	630
5.7. Comentário Geral nº 01/2014: Igual reconhecimento como pessoa perante a lei.	632
6. Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher.	633
6.1. Comentário Geral nº 37/2018: As dimensões de gênero da redução do risco de desastres no contexto da mudança climática	633
6.2. Comentário Geral nº 36/2017: Direito das meninas e mulheres à educação	634
6.3. Comentário Geral nº 35/2017: Violência de gênero contra a mulher.	634
6.4. Comentário Geral nº 34/2016: Direitos das mulheres rurais.	634
6.5. Comentário Geral nº 33/2015: Acesso das mulheres à justiça.	635

6.6. Comentário Geral nº 32/2014: Dimensões de gênero do estatuto de refugiada, o asilo, a nacionalidade e a apatridia das mulheres.	637
6.7. Comentário Geral nº 31/2014: Direito das crianças sobre as práticas nocivas	638
6.8. Comentário Geral nº 30/2013: Sobre as mulheres na prevenção de conflitos, situações de conflito e pós-conflito	640
6.9. Comentário Geral nº 29/2013: Consequências econômicas do casamento, das relações familiares e sua dissolução	640
6.10. Comentário Geral nº 28/2010: As principais obrigações dos Estados partes nos termos do artigo 2º da Convenção	641
6.11. Comentário Geral nº 27/2010: Proteção dos direitos humanos de mulheres idosas	641
6.12. Comentário Geral nº 26/2008: Trabalhadoras migrantes	641
6.13. Comentário Geral nº 25/2004: Medidas especiais de caráter temporário	642
6.14. Comentário Geral nº 24/1999: A mulher e a saúde	642
6.15. Comentário Geral nº 23/1997: Vida política e pública	644
6.16. Comentário Geral nº 22/1995: Emenda do artigo 20 da Convenção	645
6.17. Comentário Geral nº 21/1994: A igualdade no casamento e nas relações familiares	645
6.18. Comentário Geral nº 20/1992: Reservas formuladas em relação à Convenção	645
6.19. Comentário Geral nº 19/1992: A violência contra a mulher	645
6.20. Comentário Geral nº 18/1991: As mulheres com deficiência	645
6.21. Comentário Geral nº 17/1991: Medição e quantificação do trabalho doméstico não remunerado da mulher e seu reconhecimento no produto interno bruto	645
6.22. Comentário Geral nº 16/1991: As mulheres que trabalham sem remuneração em empresas familiares rurais e urbanas	645
6.23. Comentário Geral nº 15/1990: Necessidade de evitar a discriminação contra a mulher nas estratégias nacionais de ação preventiva e luta contra a AIDS	645
6.24. Comentário Geral nº 14/1990: A circuncisão feminina	646
6.25. Comentário Geral nº 13/1989: Igual remuneração por trabalho de igual valor	646
6.26. Comentário Geral nº 12/1989: A violência contra a mulher	646
6.27. Comentário Geral nº 11/1989: Serviços de assessoramento técnico sobre as obrigações em matéria de apresentação de relatórios	646
6.28. Comentário Geral nº 10/1989: Décimo aniversário da aprovação da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	646
6.29. Comentário Geral nº 9/1989: Estatísticas relativas à condição da mulher	646
6.30. Comentário Geral nº 8/1988: Aplicação do artigo 8º da Convenção	646
6.31. Comentário Geral nº 7/1988: Recursos	646
6.32. Comentário Geral nº 6/1988: Mecanismo nacional efetivo e publicidade	646
6.33. Comentário Geral nº 5/1988: Medidas especiais temporárias	646
6.34. Comentário Geral nº 4/1987: Reservas	646
6.35. Comentário Geral nº 3/1987: Campanhas de educação e divulgação	646
6.36. Comentário Geral nº 2/1987: Apresentação de relatórios pelos Estados Partes	647
6.37. Comentário Geral nº 1/1986: Apresentação de relatórios pelos Estados Partes	647
7. Comitê para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias	647
7.1. Comentário Geral nº 4/2017: Obrigações dos Estados relativas aos direitos humanos das crianças no contexto da migração internacional nos países de origem, trânsito, destino e retorno	647

7.2. Comentário Geral nº 3/2017: Princípios gerais relativos aos direitos humanos das crianças no contexto da migração internacional	648
7.3. Comentário Geral nº 2/2013: Direitos dos trabalhadores migrantes em situação irregular e de suas famílias.	649
7.4. Comentário Geral nº 1/2011: Trabalhadores domésticos migrantes	651
8. Comitê para os Direitos da Criança	653
8.1. Comentário Geral nº 24/2019: Direitos das crianças no sistema de justiça.	653
8.2. Comentário Geral nº 23/2017: Obrigações dos Estados relativas aos direitos humanos das crianças no contexto da migração internacional nos países de origem, trânsito, destino e retorno	654
8.3. Comentário Geral nº 22/2017: Princípios gerais relativos aos direitos humanos das crianças no contexto da migração internacional	654
8.4. Comentário Geral nº 21/2017: Crianças de rua.	655
8.5. Comentário Geral nº 20/2016: Efetividade dos direitos da criança durante a adolescência	657
8.6. Comentário Geral nº 19/2016: A elaboração de orçamentos públicos para tornar efetivos os direitos da criança.	658
8.7. Comentário Geral nº 18/2014: Práticas nocivas.	659
8.8. Comentário Geral nº 17/2013: Direito da criança ao descanso, à recreação, à brincadeira, às atividades recreativas, à vida cultural e às artes	659
8.9. Comentário Geral nº 16/2013: Obrigações do Estado em relação ao impacto do setor empresarial nos direitos da criança	660
8.10. Comentário Geral nº 15/2013: O direito da criança ao desfrute do mais alto nível possível de saúde (artigo 24).	660
8.11. Comentário Geral nº 14/2013: O direito da criança a que seu interesse superior seja uma consideração primordial (artigo 3º, parágrafo 1º)	661
8.12. Comentário Geral nº 13/2011: Direito da criança de não ser objeto de nenhuma forma de violência	662
8.13. Comentário Geral nº 12/2009: O direito da criança de ser escutada	662
8.14. Comentário Geral nº 11/2009: As crianças indígenas e seus direitos em virtude da Convenção	663
8.15. Comentário Geral nº 9/2007: Os direitos das crianças com deficiência.	663
8.16. Comentário Geral nº 8/2006: O direito da criança à proteção contra castigos corporais e outras formas de castigo cruéis ou degradantes.	664
8.17. Comentário Geral nº 7/2005: Realização dos direitos da criança na primeira infância.	664
8.18. Comentário Geral nº 6/2005: Tratamento de menores não acompanhados ou separados de sua família fora de seu país de origem.	665
8.19. Comentário Geral nº 5/2003: Medidas gerais de aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança	665
8.20. Comentário Geral nº 4/2003: A saúde e o desenvolvimento dos adolescentes no contexto da Convenção sobre os Direitos da Criança.	665
8.21. Comentário Geral nº 3/2003: A AIDS e os direitos da criança	665
8.22. Comentário Geral nº 2/2002: O papel das instituições nacionais de direitos humanos na promoção e proteção dos direitos da criança	666
8.23. Comentário Geral nº 1/2001: Propósitos da educação	666

CAPÍTULO 7 - O Brasil no sistema global de proteção dos direitos humanos667

Nota explicativa sobre o mecanismo convencional das petições individuais perante os Comitês.	669
1. Caso Alyne Pimentel Teixeira vs. Brasil	670
1.1. Resumo do caso	670
1.2. Pontos importantes.	671
1.2.1. O que é o Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres?	671
1.2.2. Primeiro caso em que o Brasil foi responsabilizado no sistema global de proteção dos direitos humanos (sistema convencional contencioso quase judicial das Nações Unidas).	672
1.2.3. O Caso Alyne Pimentel é a primeira denúncia sobre mortalidade materna acolhida pelo Comitê da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher	672
1.2.4. Cumprimento pelo Brasil de uma das recomendações do Comitê no Caso Alyne Pimentel	673
2. Caso Lula	673
2.1. Resumo do caso	673
2.2. Pontos importantes.	675
2.2.1. Fundamento normativo da competência do Comitê de Direitos Humanos para determinar medidas provisórias	675
2.2.2. Natureza das decisões do Comitê de Direitos Humanos: vinculante ou meras recomendações?	675
2.2.3. O descumprimento pelo Brasil das medidas provisórias determinadas pelo Comitê de Direitos Humanos no Caso Lula	676

CAPÍTULO 8 - Decisões da Corte Internacional de Justiça 679

Nota explicativa sobre a competência contenciosa da Corte Internacional de Justiça	681
1. Caso Reino Unido vs. Albânia (Estreito de Corfu)	682
1.1. Resumo do caso	682
1.2. Pontos importantes.	683
1.2.1. Primeiro caso julgado pela Corte Internacional de Justiça.	683
1.2.2. Reconhecimento do direito de passagem inocente como norma consuetudinária de direito internacional.	683
1.2.3. Aceitação tácita da jurisdição da Corte Internacional de Justiça pela Albânia.	684
1.2.4. É possível falar em um direito de passagem inocente para aeronaves?	684
2. Caso Bélgica vs. Espanha (Barcelona Traction)	684
2.1. Resumo do caso	684
2.2. Pontos importantes.	685
2.2.1. O caso envolve o instituto da proteção diplomática	685
2.2.2. Reconhecimento da existência de obrigações erga omnes no direito internacional.	686
3. Caso Colômbia vs. Peru (Haya de La Torre)	686
3.1. Resumo do caso	686
3.2. Pontos importantes	686
3.2.1. O asilo diplomático é um costume internacional regional, aplicado apenas no âmbito da América Latina.	687
3.2.2. Cabe ao Estado asilante classificar a natureza do delito ou dos motivos da perseguição	

para a finalidade de concessão do asilo diplomático	687
3.3. Conexões com o Direito brasileiro	687
3.3.1. Espécies de asilo	687
3.3.2. Asilo versus refúgio	688
3.3.3. Natureza constitucional do asilo e seus pressupostos	688
3.3.4. Costume internacional sábio versus costume internacional selvagem	688
4. Caso Congo vs. Bélgica (Caso Yerodia)	689
4.1. Resumo do caso	689
4.2. Pontos importantes	690
4.2.1. A imunidade de Ministro das Relações Exteriores é absoluta e equivale à imunidade diplomática	690
4.2.2. Jurisdição penal universal e suas modalidades	690
4.2.3. Não há um costume internacional que permita a aplicação da jurisdição universal penal in absentia	692
4.3. Conexões com o Direito brasileiro	692
4.3.1. Intraterritorialidade da lei penal	692
4.3.2. Impossibilidade de validação automática da difusão vermelha (red notice)	692
4.3.3. O Supremo Tribunal Federal não possui competência para julgar habeas corpus contra chefe da INTERPOL	693
4.3.4. A Interpol tem legitimidade para formular perante o Ministério da Justiça pedido de prisão cautelar para fins de extradição	694
5. Caso Alemanha vs. Itália e Grécia como terceiro interveniente (Caso Ferrini)	694
5.1. Resumo do caso	694
5.2. Pontos importantes	695
5.2.1. Nem mesmo a grave violação de direitos humanos relativiza a imunidade de jurisdição estatal	695
5.2.2. Teoria moderna sobre o alcance da imunidade de jurisdição estatal: distinção entre atos de gestão e atos de império	695
5.2.3. A Corte Internacional de Justiça admitiu um terceiro Estado como interveniente	696
5.2.4. Voto dissidente do juiz brasileiro Augusto Cançado Trindade	696
5.3. Conexões com o Direito brasileiro	696
5.3.1. Convergência entre o entendimento da Corte Internacional de Justiça e o entendimento da Justiça brasileira	696
6. Caso Bélgica vs. Senegal (Caso Habré)	696
6.1. Resumo do caso	696
6.2. Pontos importantes	697
6.2.1. Jurisdição universal prevista para o crime de tortura na Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes	697
6.2.2. As obrigações de investigar e julgar ou extraditar (aut dedere aut judicare) previstas na Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes são obrigações erga omnes	698
6.2.3. A Corte Internacional de Justiça afirmou no Caso Bélgica vs. Senegal que a proibição da prática de tortura é uma norma consuetudinária de jus cogens	698

6.2.4. As obrigações de aut dedere aut judicare previstas na Convenção da ONU contra a Tortura e dotadas de natureza de obrigações erga omnes (conforme decisão da própria CIJ no Caso Habré) estão submetidas ao art. 28 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.	699
6.2.5. Após a decisão da Corte Internacional de Justiça no Caso Bélgica vs. Senegal, criou-se um Tribunal Internacional Híbrido para julgar Hissenè Habré.	699
6.3. Conexões com o Direito brasileiro.	699
6.3.1. O delito de tortura pela Lei 9.455/1997.	699
6.3.2. Extraterritorialidade incondicionada do crime de tortura no ordenamento jurídico brasileiro.	700
6.3.3. O delito de tortura na ordem internacional.	700
6.3.4. Convergências entre a Convenção da ONU contra a Tortura e a Convenção Interamericana contra a Tortura.	702
6.3.5. Divergências entre a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e a Convenção Interamericana contra a Tortura.	702
6.3.6. Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (Lei 12.847/2013).	702
6.3.7. Teoria da bomba relógio (ticking bomb scenario) e sua inaplicabilidade no direito brasileiro.	702
6.3.8. Maus-tratos versus tortura na visão da Corte Europeia de Direitos Humanos.	703
7. Caso Chile vs. Peru (Disputa marítima).	704
7.1. Resumo do caso.	704
7.2. Pontos importantes.	704
7.2.1. A Declaração de Santiago de 1952 possui natureza jurídica de tratado internacional.	704
7.2.2. Caráter consuetudinário das normas que delimitam as zonas econômicas exclusivas entre Estados com costas adjacentes.	704
7.2.3. Possibilidade de aplicação das regras de interpretação dos tratados internacionais previstas na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (CVDT) às convenções internacionais firmadas em momento anterior à CVDT.	705
8. Caso Austrália vs. Japão (Caso das atividades baleeiras).	705
8.1. Resumo do caso.	705
8.2. Pontos importantes.	706
8.2.1. O programa de atividades baleeiras de titularidade do Estado japonês conhecido como “JARPA II” violou a Convenção Internacional para a Regulação das Atividades Baleeiras.	706
8.2.2. A qual Estado pertence a Antártida?.	706
9. Caso Nottebohm (Liechtenstein x Guatemala).	706
9.1. Resumo do caso.	706
9.2. Pontos importantes.	707
9.2.1. Necessidade da existência de vínculo efetivo e genuíno entre o Estado e o indivíduo para fins de concessão de proteção diplomática.	707
9.3. Conexões com o Direito Brasileiro:	707
9.3.1. Extradicação em casos de dupla-nacionalidade e jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.	707
10. Caso México vs. Estados Unidos (“Caso Avena e outros Cidadãos Mexicanos”).	708
10.1. Resumo do caso.	708

10.2. Pontos importantes.	708
10.2.1. Importância do direito à notificação e assistência consular aos indivíduos detidos em país estrangeiro.	708
10.3. Conexões com o Direito Brasileiro:.....	708
10.3.1. Importância do direito à notificação e assistência consular na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e citação expressa ao Caso Avena	708
CAPÍTULO 9 - Pareceres consultivos da Corte Internacional de Justiça.	711
Nota explicativa sobre a competência consultiva da Corte Internacional de Justiça.....	713
1. Caso Folke Bernadote.	714
1.1. Resumo do caso	714
1.2. Pontos importantes.	715
1.2.1. Reconhecimento da personalidade internacional das organizações internacionais	715
1.2.2. Reconhecimento da ONU como sujeito de direito internacional e a possibilidade de ela exercer proteção funcional sobre seus funcionários, inclusive com primazia sobre a proteção diplomática do Estado patrial do funcionário	715
CAPÍTULO 10 - Decisões do Tribunal Penal Internacional.	717
Nota explicativa sobre o Tribunal Penal Internacional.	719
Introdução	719
Estrutura orgânica	721
Presidência.	721
Divisões Judiciais.	721
Gabinete do Procurador	723
Secretaria	725
Fundo Fiduciário para Vítimas.	725
Composição, candidatura e eleição dos juizes.	726
Crimes de competência do TPI.	727
Condições para o exercício da competência pelo TPI	734
Disposições penais aplicáveis ao julgamento pelo TPI.	735
Procedimento de investigação, instrução, julgamento e execução da pena.	737
A relação do Brasil com o TPI	737
1. Caso Thomas Lubanga Dyilo	739
1.1. Resumo do caso	739
1.2. Pontos importantes.	740
1.2.1. Primeira condenação proferida pelo Tribunal Penal Internacional.	740
1.2.2. Desuso do testemunho de ouvi dizer pelo Tribunal Penal Internacional	740
1.2.3. Recrutamento e alistamento de “crianças” para servir em milícia	740
1.2.4. Críticas à tramitação do processo	740
1.3. Conexões com o Direito brasileiro	741
1.3.1. Impossibilidade de instauração de inquérito policial com base exclusivamente no testemunho de ouvi dizer	741

1.3.2. Tribunais internacionais e suas gerações	741
2. Caso Mathieu Ngudjolo Chui.....	742
2.1. Resumo do caso	742
2.2. Pontos importantes.....	742
2.2.1. Primeira absolvição proferida pelo Tribunal Penal Internacional	743
2.2.2. O Caso Chui ocorreu no mesmo contexto fático do Caso Germain Katanga.....	743
3. Caso Germain Katanga.....	743
3.1. Resumo do caso	743
3.2. Pontos importantes	744
3.2.1. Segunda condenação proferida pelo TPI	744
3.2.2. O Caso Germain Katanga ocorreu no mesmo contexto fático do Caso Chui.....	744
4. Caso Jean Pierre Bemba	744
4.1. Resumo do caso	744
4.2. Pontos importantes	745
4.2.1. O TPI utilizou pela primeira vez a teoria do domínio da posição (command responsibility).....	745
4.2.2. Aplicação do princípio da irrelevância da qualidade oficial.....	745
4.3. Conexões com o Direito brasileiro	745
4.3.1. Caso Mensalão e aplicação da teoria do domínio do fato à brasileira.....	745
5. Caso Ahamad Al-Faqi Al-Mahdi.....	746
5.1. Resumo do caso	746
5.2. Pontos importantes	746
5.2.1. Primeira condenação proferida pelo TPI fundada em crime de guerra pela destruição de patrimônio cultural.....	746
5.2.2. Primeiro caso em que o TPI aplicou o procedimento para os casos de confissão, previsto no art. 65 do Estatuto de Roma	746
5.3. Conexões com o Direito brasileiro	747
5.3.1. O Brasil ratificou e internalizou a Convenção da UNIDROIT sobre Bens Culturais Furtados ou Illicitamente Exportados.....	747
6. Caso Omar Al Bashir “Caso Dafur”	747
6.1. Resumo do caso	747
6.2. Pontos importantes	748
6.2.1. Primeiro litígio internacional que o Conselho de Segurança da ONU adjudicou e remeteu o feito ao Tribunal Penal Internacional.....	748
6.3. Conexões com o Direito brasileiro	748
6.3.1. O Estado brasileiro recebeu um mandado de captura e detenção expedido pelo TPI referente ao Caso Omar Al Bashir	748
6.3.2. Competência para receber e processar pedidos de entrega emitidos pelo Tribunal Penal Internacional	749
CAPÍTULO 11 - Decisões de outros tribunais penais internacionais.....	751
Nota explicativa sobre os demais tribunais penais internacionais.....	753
1. Caso Charles Taylor (Caso Diamantes de Sangue).....	753
1.1. Resumo do caso	753

1.2. Pontos importantes.....	754
1.2.1. Condenação proferida por um Tribunal internacional híbrido.....	754
1.2.2. “Desaforamento internacional”.....	754
1.2.3. Não obrigatoriedade dos membros da ONU de cooperar com o Tribunal Especial para Serra Leoa	754
2. Caso Dusko Tadic	755
2.1. Resumo do caso	755
2.2. Pontos importantes.....	756
2.2.1. Breve síntese sobre a criação do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia.	756
2.2.2. Primeiro caso a ser julgado no Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia	756
2.2.3. Obrigatoriedade dos membros da ONU de cooperar com o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia	756
2.2.4. O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia é regido pelo princípio da primazia	757
2.2.5. Codificação dos elementos de crimes internacionais associados ao devido processo legal e ao direito de defesa.....	757
2.2.6. Desnecessidade do war nexus para caracterização de crime contra a humanidade ...	757
Anexo 1 - Resumo da obra	759
Anexo 2 - Índice remissivo temático	799
Bibliografia.....	807